

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 -**  
**MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO**  
**GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS**  
**09H.**

---

ATA Nº 067

**PRESIDENTE – DEPUTADO ZÉ DOMINGOS FRAGA**

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia!

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 497/17, Mensagem nº 84/17, que estima a receita e fixa a despesa de Mato Grosso para o exercício 2018.

Convido para compor a mesa o Deputado Wagner Ramos, meu amigo particular, que é Vice-Presidente desta Comissão; o Deputado Silvano Amaral, membro titular desta Comissão e Relator, justamente, da matéria em discussão, que é a LOA 2018; o Marcelo Ferra, Subprocurador-Geral, neste ato representando o Dr. Mauro Curvo; o Dr. Caio César Zumiotti, Segundo Subdefensor Público-Geral, neste ato representando o Dr. Silvio, que é o Defensor Público-Geral do Estado de Mato Grosso; a Sr<sup>a</sup> Roberta Maria Amaral de Castro Penna, nossa amiga, Secretária Adjunta de Orçamento do Estado de Mato Grosso; o Sr. Nelson Viana, Secretário Executivo, neste ato representando o nosso amigo Marco Aurélio Marrafon, Secretário de Estado de Educação; o nosso colega de infância, meu e do Deputado Wagner Ramos, Sr. Luiz Gonçalo Pereira Ormond, Chefe da Unidade da Secretaria de Estado de Fazenda, neste ato representando o Secretário Gustavo de Oliveira; o Sr. Anildo Correa, Secretário Executivo de Planejamento-SEPLAN, e por último o Superintendente de Estudo da Despesa e da Receita da SEPLAN, Sr. Ricardo Capistrano.

Mais uma vez, quero agradecer a presença de todos, em especial da imprensa, dos servidores da Secretaria de Estado de Fazenda, da Secretaria de Estado de Planejamento, dos Assessores dos Srs. Deputados, na pessoa da Deputada Janaina Riva.

Mais uma vez, quero apresentar a vocês o nosso Relator Geral, Deputado Silvano Amaral, que tem uma experiência muito grande na área contábil, financeira e fiscal na administração pública, até porque já foi Secretário de Fazenda de um dos melhores e maiores municípios do Estado de Mato Grosso, que é o Município de Sinop.

Quero registrar a presença da Darluce Barcelos Franco, Coordenadora da Execução Orçamentária da SEPLAN; do Sr. Domingos Sávio da Cunha Garcia, Presidente da Associação dos Docentes da UNEMAT; do Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde, Oscarlino Alves, que vai ter que sair daqui uns vinte minutos; do Carlos Alberto, membro do Conselho Estadual de Saúde; do Consultor Legislativo Nasser, da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Agradeço a presença de todos os servidores e técnicos da SEPLAN e demais Secretarias que se fazem presentes.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Quero aproveitar a oportunidade para levar ao conhecimento de todos os interessados de participarem de forma direta desta Audiência Pública, se alguém quiser fazer uso da palavra procure o Cerimonial, inscreva-se, terá três minutos para fazer seus questionamentos dentro, é lógico, do assunto. Não vamos desviar do assunto, porque na outra Audiência Pública houve muito desvio de assunto e por isso terminou uma hora da tarde. Então, vamos focar dentro daquilo que estamos propondo a discutir nesta Audiência Pública que, tenho certeza, vai ser muito mais proveitosa e vamos terminar muito mais cedo.

Antes de convidar a nossa palestrante, eu gostaria de fazer um breve relato.

Eu me preparei bastante, Roberta, para fazer uma discussão um pouco profunda em cima dessa peça orçamentaria, que é uma das principais peças que, sem sombra de dúvida, norteia a Administração Pública Estadual.

Eu tenho dito, com todo respeito, que até os técnicos da Secretaria de Estado de Planejamento, da Secretaria de Estado de Fazenda, que essas peças orçamentárias, Deputado Silvano Amaral, Vossa Excelência que foi Secretário de Estado de Fazenda, de Administração, tem sido elaborada muito mais para cumprir a legislação, seja a 4.320, seja a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Plano Plurianual, do que propriamente dito uma ferramenta de planejamento.

Eu falo isso, Roberta, porque ao analisar as contas, não é do Governador Pedro Taques, de gestores passados ao longo desse tempo que estou aqui sempre na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputado Wagner Ramos, vejo que essa peça, infelizmente, não tem sido cumprida na sua totalidade. Prova são as inúmeras irregularidades de gestão fiscal, financeira, contábil e do próprio planejamento e orçamento, seja naquilo que foi proposto dentro de um assunto que aqui é bastante discutido e, Deputado Silvano Amaral, principalmente levantado pelo Fórum Sindical.

Eu não sou contra a utilização dessa ferramenta, mas desde que ela seja, realmente, destinada com critério rígido, que seja fiscalizada, que possa literalmente cumprir com a sua função, não só em termo de desenvolvimento econômico, mas, acima de tudo, de alcance social para diminuir as desigualdades sociais, diminuir as desigualdades regionais, que são as questões de incentivos, onde se programa um bilhão, quatrocentos e trinta milhões de reais, de repente, avança sem autorização prevista acima daquilo que está aprovado na LDO, na LOA, avança mais de quatrocentos milhões de reais.

Então, eu vejo que, infelizmente, essa peça tem sido aprovada, discutida mais para cumprir uma determinada formalidade. Em função da exigência de leis maiores, do que propriamente dita, é você ter um equilíbrio entre receita e despesa que, infelizmente, isso não está havendo, até porque os restos a pagar são cada vez mais gigantescos sem, realmente, cobertura financeira, como também a própria suplementação, criação de crédito suplementar, sem disponibilidade financeira também sem autorização legislativa, o que é pior, de acordo com análise das contas do TCE, que se encontra à disposição dos Srs. Deputados nesta Casa.

Portanto, vou me ater, me aprofundar na discussão, vamos ouvir os técnicos, mas antes de ouvir os técnicos, que vão inclusive sanar alguns levantamentos feitos na primeira Audiência Pública, muito bem coordenada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, quero passar a palavra ao Deputado Wagner Ramos e logo em seguida...

(O SR. DEPUTADO WAGNER RAMOS FALA COM O PRESIDENTE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Não?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 -  
MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO  
GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS  
09H.

---

Quero passar a palavra ao nosso Relator.

Está chegando aqui a nossa Deputada, a nossa musa do Parlamento estadual, com todo respeito, só tem ela, porque só tem ela...

A Sr<sup>a</sup> Janaina Riva (FALA FORA DO MICROFONE) – Ah, então, eu sou feia? (RISOS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Na Legislatura passada tinha a Deputada de Rondonópolis que era nossa musa também.

Então, quero passar a palavra ao nosso Relator Deputado Silvano Amaral... (O SR. DEPUTADO SILVANO AMARAL FALA COM O PRESIDENTE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Não quer? Deputada Janaina Riva, quer fazer uso da palavra? No final? Então, eu passo a palavra agora ao Luiz Ormond. De acordo com o acerto entre a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Fazenda, coube ao Luiz Ormond iniciar fazendo as explicações.

Quero registrar a presença do nosso decano, nosso Deputado Saturnino Masson.

Seja bem-vindo, Deputado Saturnino Masson!

Com a palavra, o Luiz Ormond. Vossa Excelência dispõe de 15min.

Não dá, Luiz? Se precisar concedo 20. Aqui é democrático.

O SR. LUIZ GONÇALO PEREIRA ORMOND – Bom dia a todos!

Em nome do Deputado Zé Domingos Fraga, meu amigo e conterrâneo, cumprimento todas as autoridades da mesa.

Em nome do Presidente do Sindicato da Saúde Oscarlino, cumprimento todos os demais sindicalistas presentes.

Em nome do meu amigo Leopoldo Mendonça, Secretário Adjunto da SEDEC, cumprimento as demais pessoas presentes nesta Audiência Pública.

Coube a nós da Secretaria de Fazenda fazer uma explicação sobre os números, os grandes números, como chegamos aos grandes números da LOA 2018.

Quero deixar registrada a grande dificuldade que é prever receita num cenário adverso, num cenário de crise.

Não quero fazer nenhum discurso negativista, muito pelo contrário, estou esperançoso, a receita vinha até agosto capengando, não vínhamos arrecadando o que estava previsto na LOA de 2017, essa é a verdade, e os números são públicos, mas partir de setembro deu uma reagida, muito por conta do REFIS, essa também é uma grande verdade.

Em que pese, Deputado Zé Domingos Fraga, quando alteramos a LOA 2017 termos sido bastante criticados por conta de incluir o REFIS, aliás, foi 2016-2017, em 2016 nós alteramos a renúncia fiscal de 01 bilhão e 400 milhões, como o Deputado falou, para 01 bilhão, 715 milhões por conta do REFIS.

Falarei um pouquinho sobre renúncia também no final tem um quadro que acho que ajudará a elucidar e sepultarmos de vez, espero, essa questão da renúncia.

Na verdade a renúncia, já adiantando aqui, não é que aumentamos a renúncia para 03 bilhões e 565 milhões agora em 2018, isso, na verdade, só estamos colocando para atender o art. 165 da Constituição Federal, no § 6º, que fala que se deve considerar tanto na LDO como na LOA toda perda de receita decorrente de alteração de legislação.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Darei um exemplo aqui: produtos da cesta básica é uma renúncia, em que pese beneficiar toda a sociedade. Mas nós até hoje não conseguimos mensurar isso. O dia que conseguirmos mensurar, colocaremos também na LDO.

Isso é maravilhoso, gente!

A partir do momento que colocamos todos os números da renúncia em uma Lei de Diretrizes Orçamentárias, em uma Lei Orçamentária, a questão da transparência fica mais cristalina, fica mais evidente.

O Governo pode tomar a decisão de onde ele quer cortar a renúncia e nós da Secretaria de Fazenda, faço um mea-culpa, não conseguimos evidenciar os números da cesta básica, que é uma renúncia - beneficia toda uma coletividade -, é uma renúncia também. *Ok?*

Começaremos, então, pelos números da projeção da receita dos grandes grupos.

Como chegamos aos números?

A receita pública do Estado de Mato Grosso é realizada com base em dois métodos de previsão.

Ao primeiro método damos bastante ênfase no ICMS, até por conta de que o ICMS é a nossa principal receita própria responsável por quarenta e poucos por cento da receita total do Estado.

O segundo método utilizado para a previsão das receitas não tributárias e demais receitas do tesouro.

Aqui abro um parêntese para falar que as receitas tributárias e transferências são de competência da Secretaria de Fazenda, mas as receitas próprias dos órgãos estão sob a responsabilidade da SEPLAN.

Então trabalhamos em sintonia, junto com a SEPLAN definimos os índices utilizados, geralmente PIB mais IGP-DI, que é o mesmo índice que o Governo Federal utiliza, e a SEFAZ faz a consolidação dos números, mas em parceria com a SEPLAN. Gostaria de deixar registrado isso aqui.

Aqui estão os índices que nós utilizamos, em 2017 falamos em normalização, porque sempre partimos de uma base conhecida e da última receita conhecida, no caso da receita de 2017, quando fomos fazer a LDO de 2017, conhecíamos a receita de 2015.

No caso da LDO de 2018, 2017 obviamente não acabou, não chegou ao final do exercício, conhecemos apenas a receita do exercício de 2016, então, partimos da receita de 2016, e com base no PIB e IGP-DI de 2017 trazemos para a base de 2017 e sucessivamente vamos levando para os exercícios seguintes, com base no PIB e IGP-DI leva para 2018, 2017 e 2020.

A Audiência Pública é sobre LOA, então vamos nos ater apenas ao exercício de 2018.

Aqui é o ICMS, como chegamos à receita do ICMS.

Antes de explicar esse quadro, quero aqui falar da dificuldade que é prever uma receita.

Vou abrir aqui um parêntese, a receita de um segmento que nós agora em 2017 erramos feio, “erramos” entre aspas, porque ninguém vai adivinhar certas coisas que vão acontecer na economia - não é?

O que é que aconteceu no segmento de energia agora em 2017? Vai ter uma frustração nesse segmento em 2017 de 235 milhões, salvo engano.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Por que isso? Nós estávamos lá em 2016, março de 2016, prevendo a receita de 2017. Na verdade, temos duas metodologias, ou eu parto da receita conhecida do ano - eu estava em 2016, em março de 2016 -, ou eu partia da receita conhecida de 2015 ou eu partia da receita de três meses de 2016 e extrapolava para o restante do período de 2016. Por conta de que estamos sendo muito pressionados para tentar acertar no máximo a receita, achamos por bem não trabalhar com 2015, pegar os três meses de receita que já conhecíamos de 2016, extrapolar, ver como terminaria em 2016 e fazer a projeção para 2017, 2018 e 2019.

O que é que aconteceu com o segmento de energia?

Os três primeiros meses de 2016 vieram carregados de uma bandeira vermelha e não adivinharíamos que no mês de junho iria entrar a bandeira verde. Então, isso carregou o restante do exercício. Fizemos com base em três meses, mas extrapolamos, porque temos a sazonalidade de cada receita, quanto costuma entrar em cada mês de cada segmento da receita de ICMS e por conta desse exercício que fizemos de tentar acertar ao máximo, acabamos errando feio na receita do segmento de energia.

Mas em que pese eu falar “errando feio”... Na verdade, vou corrigir. Mesmo que eu trabalhasse com a receita de 2015, eu já fiz essa simulação também, nós também teríamos errado, por quê? Primeiro pela questão da bandeira vermelha que passou para bandeira verde; segundo porque 2017 estão sendo um ano bem atípico, a temperatura baixou bem, isso tudo são dados das ANEEL. Houve um menor consumo por conta da crise, as pessoas, obviamente, quando estão em crise, e muitas delas desempregadas, vão ligar o ar condicionado com menos frequência, quando se liga. Isso também ajudou a diminuir a base, tanto que a receita de 2017 do segmento de energia ficará menor do que do exercício de 2016, prova que também não tem o erro assim gritante como já expliquei.

Mas, aqui é o seguinte, esse quadro é o modelo econométrico desenvolvido pela FIPE da USP, inclusive, foi atualizado ano passado, porque ele era de 2001, a FIPE tinha feito de 2001 e, ano passado, nós atualizamos a questão do retorno que se tem em cada segmento, dos índices que se tem em cada segmento.

Então, aqui, o segmento do algodão, para cada ponto percentual de variação do PIB, retorna para esse índice aqui; para cada ponto percentual de variação do IGP-DI nesses índices; cada segmento tem um retorno e jogando isso no modelinho econométrico, fazendo o devido acerto, retorna-se a essa proporção aqui.

Então, para fazer o ajuste de 2017, nós trabalhamos em sintonia com SEPLAN, o PIB seria de 1,06 e o IGP-DI de 4,51, mas há uma dificuldade também, já é difícil prever esses índices do ano atual, imaginem do ano seguinte. Para vocês terem ideia, o PIB o último PIB conhecido que nós temos é de 2015, o PIB dos estados sai com déficit de anos e o último PIB de Mato Grosso, que acabou de ser publicado, foi negativo em 1,9%. Isso mostra que o cenário realmente é de crise gente, cenário de crise! O PIB de Mato Grosso, que vinha crescendo a taxas vertiginosas e teve um PIB negativo de 1,9%, professor Humberto que está ali, um grande professor, foi meu professor na UFMT, grande economista e pode afiançar isso.

Então, o ICMS para 2017, fazendo essas ponderações, eu parto para uma base... isso aqui foi realizado em 2016. O ICMS 2016 foi de 8 bilhões e 434 milhões. Fazendo essa ponderação no modelinho econométrico nós teríamos, para, 2017 um ICMS de 8 bilhões e 906 milhões. Isso aqui foi feito lá no mês de março. Eu acabei de rodar um relatório. Ficamos monitorando isso aqui todo mês para ver como vamos fechar o ICMS no final do exercício. Acabei

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

de rodar um com base no realizado até outubro, salvo engano, ficou em 8.890, 8.800 e alguma coisa, muito próximo desse número que estou usando de base para projetar. O que nós fizemos aqui? A Secretaria de Fazenda, por bem, está tirando 59 milhões da base da energia. Por quê? Porque estamos tendo muitas ações de TUST e TUSD. TUST é Taxa de Utilização de Serviço de Transmissão e TUSD é Taxa de Utilização de Serviço de Distribuição. Uma é de distribuição e a outra é de transmissão. E muitas pessoas entraram com ações para tirar essas taxas. Elas compõem a base da sua conta de energia, até nós mesmos, como consumidores, não só as empresas, também temos essa taxa lá. E as pessoas estão entrando com ações para tirar essa taxa da base. Quando se tira da base, obviamente, a pessoa vai pagar menos energia e também menos ICMS. Então, fizemos esse ajuste fino aqui que falamos, teríamos uma receita projetada de 1 bilhão e 115 milhões, fazendo o ajuste ficaria 1 bilhão e 56 milhões. Isso, 8 bilhões e 826 milhões seria muito próximo do que eu falei para vocês que eu acabei de rodar em outubro, como deve fechar o ICMS.

Veja bem, podem acontecer ações, agora em novembro e dezembro, que elevem essa receita. Nós sabemos que a receita prevista na LOA é de 9 bilhões e 136 milhões e com base até outubro está muito evidente que nós não devemos realizar o que está previsto na LOA, no ICMS, por conta de tudo isso, por conta da crise, por conta do fator energia, que eu acabei de explicar, mas a Secretaria de Fazenda tem feito várias ações, tem feito esforço fiscal no sentido de garantir pelo menos o que está na Lei Orçamentária. Vocês sabem que tem o REFIZ, que já foi dito, está em torno de 105 milhões, da CONAB, e pode entrar a qualquer momento, se entrar vai entrar no ICMS, salvo engano, ele entra lá atacado. Então, isso já vai encostar um pouquinho na Receita da Lei Orçamentária. Se conseguirmos realizar o que está previsto na Lei Orçamentária poderemos erguer as mãos para os céus, porque o que lemos, o que vemos, de todos os estados, estado nenhum está conseguindo realizar a receita prevista na Lei Orçamentária. Se conseguirmos na nossa receita de ICMS, que é a principal receita própria, garantir aquilo que está na Lei Orçamentária, eu acho que já está de bom tamanho, gente. Realmente é uma vitória para nós. E estamos trabalhando duro para isso.

Então, com base naqueles 8.826, mesma coisa, utilizando o PIB de 2,37% para 2018, aqui já estamos mais otimistas, trabalho novamente feito em sintonia com a equipe da SEPLAN, do Ricardo, e o IGPDI de 4,7; teríamos uma receita de ICMS para o ano de 2018 de 9 bilhões e 432 milhões. Isso aqui em relação à LOA dá um crescimento de 3,2%, salvo engano, em relação à LOA de 2017. Nós estamos lutando para ver se realiza, que é 936. Então, dá um crescimento de 3,2%. Em relação ao que se realizou em 2016, que foram 8.434, acho que dá de 6% a 7%, Ricardo, alguma coisa em torno disso aí.

E aqui o IPVA e o ITCD. Como nós chegamos ao número? Partimos também da receita realizada em 2016. Fizemos a normalização. Nós chamamos de normalização para 2017, que tenta prever como vai terminar. Estive olhando os números do IPVA com base no realizado até outubro ficaram em 611 milhões redondos. Então, nós partimos para normalização em 611 milhões e 77, isso está lá em março e abril, quando eu fiz isso.

Então, mostra números coerentes, que colocamos e não cabe tentar arrumar os números, enfim... E teríamos, projetando para 2018, uma receita do IPVA de 640,52.

Aqui no IPVA, eu fiz a correção dele apenas pelo IGPDI. Por que isso?

Nós tivemos, recentemente, aprovada, aqui nesta Casa de Leis, a isenção para veículos com mais de 17 anos de idade, veículos acima de 17 anos têm isenção do IPVA. Isso dá uma frustração, perda de receita de 50 milhões. Eu nem tirei isso da base, é uma preocupação. O que

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

eu fiz? Não vou utilizar o PIB. Vou utilizar apenas o IGPD, para fazer esse rearranjo, vamos dizer assim.

No ITCD, nós temos uma receita atualizada de 103 milhões; corrigindo para 2017; 5,62 o IGPD vai para 109, levando para base 2018; 7,18; atingiríamos 116.083 milhões de ITCD. Essa é uma receita que vem crescendo bastante ao longo do tempo.

E quero destacar que é devido ao excelente trabalho que a equipe da GEOR vem fazendo no sentido de melhorar os processos, às vezes, os processos ficavam parados por três meses... A pessoa entra para pagar o ITCD e o processo ficava três meses, está saindo com maior celeridade. E outra coisa também é que a avaliação era feita, a avaliação dos imóveis estava bem aquém daquilo que realmente é o preço do mercado.

Nós estamos mandando o servidor *in loco* avaliar, levar corretor, enfim, todas essas ações, mas também ações na TI que estão sendo feitas, e essa receita vem aumentando bastante a sua base, a base de arrecadação.

E aqui está o FETHAB. No FETHAB, nós tivemos que fazer alguns ajustes também; porque, como eu falei, sempre partimos da base do ano anterior. O que aconteceu no FETHAB? O FETHAB Combustível era R\$ 0,18 por cada litro de diesel. Isso quem recolhe é a PETROBRÁS e ela abate do ICMS que tem que recolher. Ela recolhe para o Fundo e abate do ICMS que ela tem que recolher. Ela descontava R\$ 0,18 por cada litro. Pega os dados da ANP, vê quantos milhões de litros, R\$ 0,18, é isso que ela repassa para o Fundo.

Isso aumentou para R\$ 0,21 no começo de 2017. Então eu tive que voltar na base de 2016, fazer a mesma conta para poder, então, projetar para 2018. Fazendo esse ajuste, nós tínhamos em 2016, eram 477 milhões com R\$ 0,18; e, com R\$ 0,21, nós tínhamos uma receita, em 2016, de 493 milhões de reais. Fiz essa recomposição, levei para a base de 2017, com um PIB de IGP-DI, que foi para 520 milhões; levei para a base de 2018, 558 milhões de reais.

Também tivemos que fazer um ajuste no FETHAB com produtos da agropecuária por conta da dobra, todos sabem, acompanharam na mídia que houve uma dobra dos produtos: gado, soja e algodão, com exceção da madeira, a madeira não. Mas soja, gado e algodão, quem pagava uma UPF passou a pagar duas UPFs, sendo que essa UPF a mais que está se pagando tem destinação específica para estradas, obras de infraestrutura, enfim, e isso é feito, é recolhido num “darzinho”, mas cada uma tem a sua destinação.

Isso o Tesouro, se tiver alguém aqui do Tesouro, se alguém tiver dúvidas, poderia explicar. Mas a conta é a mesma também, a forma de chegar a receita para 2018 é a mesma. A partir do ano de 2016, desses três FETHABs, gado, soja e algodão, eu tive que fazer a recomposição e levar para a base de 2017, depois 2018, de forma que o FETHAB total para 2018 é de 01 bilhão e 326 milhões, esse é o valor do FETHAB que estará na Lei Orçamentária de 2018.

As transferências constitucionais, aqui estão algumas delas, as principais, há algumas transferências, principalmente, as receitas de convênio, que a projeção fica a cargo da SEPLAN. Mas aqui são as principais, eu acho que teria 80% ou 90% ou 85% das receitas das transferências, por isso que eu evidenciei apenas estas aqui.

FPE: 01 bilhão e 989 milhões em 2016; fazendo a normalização para 2017, 01 bilhão e 898 milhões, menor do que realizamos em 2016. O porquê disso? O FPE, todos vocês sabem, eu imagino que saibam, a composição do FPE é o IPI e o Imposto de Renda. O Governo Federal, obviamente, estamos num momento de crise, tem repassado menor recurso do FPE.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Então, fazendo a normalização para 2017, 01 bilhão e 898 milhões, eu fiz também um... Isso aqui foi em março. Eu fiz agora em outubro, com base do realizado até outubro, está um pouquinho até maior do que isso, mas muito pouquinho 01 bilhão e 900 – não é, Ricardo? –, 01 bilhão e 920, alguma coisa assim, mas muito próximo que não compensa mexer. Aí, levando para 2018, 02 bilhões e 033...

(O SR. OSCARLINO ALVES FALA DA PLATEIA – INAUDÍVEL.)

O SR. LUIZ GONÇALO PEREIRA ORMOND – Saúde, eu acho que não trouxe aqui. Fico devendo essa, Oscarlino, depois você manda e-mail e posso te mandar. Tá bom?

O IPI: 61 milhões; levando para base de 2017, 64; e 2018, 69. Vale só uma consideração aqui, nas transferências, no PIB que eu mostrei lá fazendo do ICMS, enfim, das nossas receitas próprias usei PIB Mato Grosso, aqui já é PIB Brasil, porque são transferências do Governo Federal. Então, não compete colocarmos PIB Mato Grosso, tem que colocar o PIB Brasil. Se vocês olharem lá, verão que está diferente, porque aqui é PIB Brasil, e lá era PIB Mato Grosso, nas receitas próprias.

Para 2018, então, IPI, CIDE, IOF, cabe também um registro quanto a Lei Kandir e FEX, são índices, eu não fiz conta nenhuma, apenas peguei os índices que dá direito a Mato Grosso. Vale registrar que participamos, nós que eu falo, Secretaria de Fazenda, do GT 44, que é aonde se chega aos índices do repasse, principalmente, do FEX.

Acompanhamos bastante, porque como Mato Grosso é um Estado exportador, só para vocês terem uma ideia, a soja nossa, que é a nossa principal *commodity*, 82% vão para exportação, segundo os nossos últimos levantamentos. Então, é importante que tenhamos participação lá no GT 44 para levar os nossos números da nossa exportação e poder melhorar os nossos índices. Melhorando os índices, obviamente, irá melhorar principalmente o FEX.

A Lei Kandir está congelada, desde quando foi criada, em 28 milhões, isso é anual. Podem ver que os mesmos 28 aqui são os de 2017 e de 2018.

Mas no FEX aqui cabe um registro, por que 610? Aqui recebemos dois FEX em 2016, veio o de 2015 e o de 2016, então vieram 610 milhões.

Para 2017, o número está até maior um pouquinho, são 376 milhões, menor, aliás, mas partimos de 379 milhões e colocamos os mesmos 379 milhões em 2018, porque não conhecemos os números de 2018, os índices não ficaram prontos ainda. Então repetimos os números de 2017, provavelmente o de 2018 será até maior, porque nossa exportação só tem crescido, não faz sentido receber um FEX menor tendo uma exportação que cresce.

O FUNDEB é uma receita carimbada também, que vai para a educação, mas nós também projetamos. Realizou, em 2016, 01 bilhão e 485 milhões, isso aqui são aqueles 20% lá do ICMS, de todas as receitas nossas, 20% vão para o FUNDEB; 20% de algumas transferências também vão para o FUNDEB, e fazemos essa conta, obviamente, tem que se colocar na Lei Orçamentária.

A partir do momento que o recurso vai para o FUNDEB, deixa de ser do Estado. Tanto é que quando olhamos lá na receita líquida não está o FUNDEB, porque mandamos o recurso para lá. Não é mais nosso, não temos gerenciamento sobre o recurso, mas ele volta de acordo com o cálculo que é feito na educação, no número de criança na escola, enfim, é um cálculo bem complexo.

O Estado de Mato Grosso, na verdade, tem perda do FUNDEB. Perda, entre aspas, gente, porque o Estado perde, mas algum Município está ganhando, ou seja, aquele Município que fez o dever de casa está ganhando, porque o dinheiro dele vai para o Fundo. Quem fez o dever de

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

casa receberá a mais, quem receber menor, o outro receberá a maior, porque fez o dever de casa. Mas o Estado tem uma perda que varia de 8 a 10%, mais ou menos. Perda, mais uma vez salientando, que algum Município está ganhando esse recurso que o Estado está perdendo.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Só um pouquinho, Luiz, deixe-me só registrar a presença do nosso Presidente desta Casa, Deputado Eduardo Botelho, e também do Secretário de Desenvolvimento Econômico, o Sr. Carlos Avalone.

Quero aproveitar para registrar a presença do Flávio, que é um dos grandes assessores do Conselheiro Valter Albano. Obrigado pela presença.

O SR. LUIZ GONÇALO PEREIRA ORMOND – Obrigado, Deputado. É um prazer.

Aqui já entrarei em um ponto bastante polêmico, trata-se das renúncias fiscais, já fiz algum comentário no comecinho. Veja bem, gente, falo como técnico, não sou político. Entendeu? Não quero fazer nenhum discurso político aqui, mas também não quero ser injusto com ninguém. O que falarei aqui é como técnico. Ok!

Muito se fala da renúncia, não é? Muito se fala dos números, do crescimento da renúncia que explodiu, que foi para 03 bilhões e 565; saiu de 01 bilhão e 715 na Lei Orçamentária de 2016, em que pese, como o próprio Deputado Zé Domingos já disse, era 01 quatrocentos e poucos e foi para 01 bilhão, 715 milhões.

E eu faço uma ressalva que foi para esse valor aqui, por conta do REFIZ e o REFIZ salvou as nossas finanças no ano de 2016 e novamente está caminhando para salvar as finanças no ano de 2017. Eu estou falando como técnico. Em 2016, a arrecadação do REFIZ começou em setembro. De setembro a dezembro, nós arrecadamos 226 milhões do REFIZ. Imaginem vocês se não tivéssemos colocado isso aqui na LDO, que é uma exigência, como eu disse, lá na Constituição Federal, no artigo 165, § 6º, que se deve colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias todo o tipo de renúncia.

Gente, só para vocês terem uma ideia, nós não conseguimos mensurar tudo. Já dei o exemplo da cesta básica, e vários exemplos são coisas do CONFAZ, o que não é nenhuma opção de Mato Grosso. Por ter cadeira no CONFAZ, Mato Grosso é obrigado a fazer parte também das renúncias que foram aprovadas no CONFAZ, e há inúmeras renúncias.

Nós entendíamos que antes do CONFAZ não precisava colocar nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, como não vínhamos colocando. O que é que acontece? Nós estamos melhorando os nossos mecanismos de controle, e agora mesmo, nós estamos com um projeto lá que provavelmente deve terminar em 2018, muito provavelmente, em 2019, nós já vamos implementar. E esses números irão explodir, irão aumentar. Isso eu já falo, Flávio.

O Flávio é do Tribunal de Contas, é meu amigo, fizemos um trabalho juntos com relação aos Fundos, e os números irão explodir, gente, irão explodir, porque nós vamos captar agora tudo o quanto é desoneração direto da IFD, que é um Programa que estamos montando. Por exemplo, a cesta básica vai entrar; material de construção, que tem aquela redução que cai para 11,15; a Lei da AMAD, que é uma Lei aprovada por esta Casa de Leis, que cai para oito ponto alguma coisinha, a carga tributária vem para 8%, também vai entrar.

Aliás, até já colocamos nesse ano de 2016, mas foi um trabalho manual, um trabalho bem complexo e difícil de fazer, mas que já conseguimos colocar que em 2016 a fruição da Lei da AMAD, esses 53 milhões é a fruição da Lei da AMAD. Então, à medida que formos colocando essas renúncias na Lei de Diretrizes Orçamentárias, deixar transparente, vai caber ao

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Governo olhar, ver qual é a perda de receita que está tendo e o que é que ele quer cortar. Quer aumentar a receita? “Olha, tem isso, isso e isso. É interessante? Não sei, talvez! Vamos ter que fazer um estudo? Sim! Vamos ter que fazer um estudo, o que está dando o retorno social, sim, tudo o que está dando retorno social...”

Mas estou falando que algumas renúncias, principalmente no âmbito do CONFAZ, não há como cortar, mas nós temos que pelo menos evidenciar isso, porque várias discussões nas renúncias foram travadas. Existiam, por exemplo, aquelas renúncias que já estão há mais de três exercícios, “ não é preciso mais colocar, porque a receita já absorveu isso aí,” tínhamos essa ideia no passado, hoje não temos mais. Renúncia é tudo, tudo o que é renúncia de receita tem que estar na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Se eram 3 bilhões, se eram 5 bilhões, que seja, mas nós temos que demonstrar isso para a sociedade e a sociedade, em conjunto com o Governo, vai decidir se é viável, se vai se cortar ou não. Certo?

Então, aqui tínhamos uma renúncia, feito esse ajuste do REFIZ de 1 bilhão, 715, mas a fruição, nós temos que nos prender aqui, a fruição, é previsão, previsão nós erramos, é difícil fazer previsão. O que fruiu de renúncia, do que nós conseguimos medir, por enquanto, só as programáticas que está se medindo, apenas o PRODEIC nas programáticas que tem o QRF - Quantificação da Renúncia Fiscal, 1 bi 804, e aí com mais essa lei da AMAD, mais 355 milhões do REFIZ, nós temos então uma renúncia de 2 bilhões, 214.

É complicado falarmos de perda de receita, porque tem que fazer um trabalho mais aprofundado, por exemplo, o PRODEIC tem funcionado como deveria? Será que tem empregado as pessoas como deveria? Tudo parte de uma carta de intenção. Agora, se vem sendo feito isso, é outra questão, o que nós temos que fazer é medir, mensurar, levar para a Lei de Diretrizes Orçamentárias e depois fazer o acompanhamento também, que é tão importante quanto colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e isso é questão da transparência.

Eu acho que é o contrário, quando vocês veem uma renúncia de receita crescendo, porque nós estamos colocando, tudo bem, nós temos que fazer um estudo para ver se isso é viável ou não, se é bacana incentivar determinados setores ou não, se gera recursos para a economia ao efeito multiplicador ou não. Agora, o que nós não podemos fazer é ficar atirando pedra na vidraça, falando que cresceu a renúncia. Essas renúncias sempre existiram, não eram medidas, não eram colocadas na LDO. Agora estamos colocando, isso é apenas o que nós conseguimos colocar, esses 3 bilhões, 565. Há muitas coisas que nós não conseguimos medir, à medida que os nossos processos forem se aperfeiçoando, nós vamos conseguir colocar mais coisas.

Então, temos aqui uma fruição para 2016, de 2 bilhões, 214; para 2018, olha aqui... Para 2017, aqui já houve uma questão de interpretação equivocada, por conta... SEDEC, em sintonia com a SEPLAN, em sintonia com a SEFAZ também, nós também participamos dessa discussão. Eu e o Secretário Adilson fomos voto vencido na questão dos três exercícios. Nós entendíamos que era o tudo, mas houve, enfim, foi a maioria que decidiu, depois de três exercícios não precisava mais colocar as empresas do PRODEIC na LDO 2017. Estamos com esse problema, não sabemos como que isso vai ser resolvido, porque até agosto já fruiu acho que 1 bilhão e 400, já extrapolou esse teto aqui, nós temos que ver onde que vamos arrumar orçamento para cobrir a diferença. Já equacionamos isso para 2018. Pelo entendimento que temos, tem que se colocar o todo? Tem. Então, está aqui, 1 bilhão, 948.

O PRODEIC, agora em 2017, deve ficar em torno de 1 bilhão e 600, nós fizemos essa conta recentemente lá. Pode ver que 1 bilhão e 600 é menor até do que 1 bilhão, 804 do ano

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

anterior, por conta de várias ações que a SEDEC vem fazendo. O Leopoldo poderia até falar sobre isso, várias ações, desenquadramento de empresas, que é outro trabalho também que não é fácil. Nós sabemos que tem empresa do comércio que não faz jus e está recebendo o benefício do PRODEIC, mas não é fácil. A SEFAZ vai e desenquadra a empresa em conjunto com a SEDEC, elas entram na justiça e ganham na justiça, volta-se de novo. Uma vez dado o benefício, é difícil tirar, é uma guerra para tirar. A grande verdade é essa, mas a SEDEC tem feito um excelente trabalho, tanto é que 2017 vai acabar em 1 bi e 600, nós vamos ter uma redução de quase 200 milhões por conta do desenquadramento de várias empresas: cerealistas, empresas do comércio, algumas que não entraram na justiça, enfim, e o trabalho continua sendo feito.

De forma que na LOA, para 2018, 3 bilhões, 565. E aí nós temos aqui... O que são esses 3 bilhões, 565? No quadro mais à frente aqui, acho que tem mais aberto. Nós temos aqui do PRODEIC, o PRODEIC mais o Invest Indústria, que é uma... talvez deva entrar no lugar do PRODEIC, já somamos juntos, 1bi, 662, muito próximo do que o PRODEIC deverá realizar agora em 2017. Então, praticamente, estamos repetindo esses números para 2018, porque o trabalho de desenquadramento de empresas continua.

Temos aqui o PRODER, 7 bilhões, 421, são as programáticas que falamos; temos a Lei da AMAD, que nunca era colocada, essa lei que dá um benefício, uma carga tributária, a carga cai para 8.15, 83 milhões; o Programa Voe MT, 44 milhões; Projeto de Lei, crédito presumido, ICMS em fertilizantes, 45 milhões; esse já é um daqueles do CONFAZ, que eu acabei de falar; Programa de Recinto Alfandegado, esse aqui é o porto seco, também é necessário o Estado ter esse porto seco, 10 milhões; novos enquadramentos no PRODEIC, 285, já estão somando lá. Aliás, não estão, não. É 1 bilhão e 600 milhões, mais esses 200, que são de novos enquadramentos. Isso aqui vai garantir apenas de 2016. E se quiser enquadrar novas empresas deixamos aqui um lastro de 285 milhões para não incorreremos no erro que estamos incorrendo em 2017.

PROALMAT, 249 milhões. Programa Desenvolve a APL, 76 milhões e outros programas também que, às vezes, por efeito de legislação aprovado por esta Casa de Leis mesmo, como o IPVA que acabei de dar o exemplo. Nós deixamos um lastro de 160 milhões para eventuais novos enquadramentos de algum programa ou de alguma lei que venha a ser aprovada. Não sendo aprovada, isso aqui não se utiliza, mas tem que estar na LDO. Nós temos que ser responsáveis em deixar, porque a LDO é um lastro para isso.

O PRODECIT nós sempre deixamos também, mas nunca foi usufruído. Ou seja, se quiser fazer algum programa de desenvolvimento tecnológico de repente algum projeto. Está lá. Nós deixamos 800 mil. Se todo ano nós colocamos. Nunca foi usufruído. Fica de saldo na LDO.

E outros projetos também, 72 milhões, vários convênios do CONFAZ que são renovados. E fomos ver aqueles que vão vencer em 2018, tivemos que deixar isso aqui também. Como outras leis e convênios também do CONFAZ, 666. Isso é por precaução também. Convênios que vão vencer 2017/2018. Alguns já foram renovados em 2017 e outros serão em 2018.

Aqui é o REFIS, 81 milhões. E isenção de taxa da SUSAF, que está lá no INDEA isso aqui, dando isenção para taxas, enfim, 2 milhões, 606. E a lei de materiais de construção, que é 11,15%. Eles têm uma redução de base de cálculo que a carga fica em 11,15%. Então, essa lei é de 2012, salvo engano. Não era medido, não era nem colocado na LDO.

Como nós entendemos agora que se deve considerar o todo, nós colocamos 73 milhões. E o IPVA que acabei de falar, isenção para carros de mais de 18 anos de uso. A lei passou

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

por esta Casa de Leis e teríamos que mensurar o valor da perda de receita e colocar na LDO, 53 milhões.

Total não programático, 950, e um total geral da renúncia para 2018. Volto a frisar, daquilo que nós conseguimos mensurar 3 bilhões, 565 milhões. A medida que formos aperfeiçoando os nossos sistemas, com certeza esses números poderão ser alterados, ou para mais ou para menos. Acredito que seja para mais.

Basicamente, esses são os grandes grupos que eu trouxe para mostrar como que chegamos a receita. E nos colocamos à disposição para eventuais questionamentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Sr. Luiz, pela sua explicação. Foi bastante convincente com relação aos números apresentados.

Quero ouvir o nosso Presidente, se ele quer dar as boas vindas aos nossos participantes dessa 2ª Audiência Pública sobre a LDO.

O SR. EDUARDO BOTELHO – Bom dia a todos! Apenas passando para cumprimentar, acompanhar os trabalhos e para parabenizar as Comissões, tanto de Constituição, Justiça e Redação como a de Fiscalização, Acompanhamento e Execução Orçamentária que estão conduzindo todos os processos de uma forma bem democrática, com a participação da oposição, Deputada Janaina Riva, está representando e Deputado Silvano Amaral em todas as comissões. As discussões têm sido muito tranquilas, de forma bem democrática.

Eu chamo a atenção, já passei alguns pontos ao Deputado Zé Domingos Fraga, ele deve fazer alguns questionamentos. Pedi aos Deputados para que, se possível, até a próxima semana possamos concluir esses trabalhos e começar a fazer as votações da LOA.

Estou passando apenas para cumprimentar, nós temos vários eventos na Casa e o Presidente tem que dar a cara em todos, estou aqui representando.

(O SR. CARLOS AVALONE DIALOGA COM O DEPUTADO EDUARDO BOTELHO FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. EDUARDO BOTELHO – Obrigado... O Sr. Carlos Avalone está falando aqui que principalmente quando a cara é bonita... Então, obrigado, Sr. Carlos Avalone por essa lembrança... (RISOS). Mas no mais é só isso, quero parabenizar a todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Concedo a palavra a Srª Roberta. Sei que a senhora é bastante técnica e ágil, até porque não estou mais aguentando o seu colega de Secretaria, Carlos Avalone que quer porque quer falar, mas primeiro vamos ouvir a Srª Roberta e logo em seguida passarei a palavra ao Sr. Carlos Avalone, até porque tem um assunto que interessa aos participantes, principalmente do Fórum Sindical, quando se trata de renúncia, quando se trata de incentivo fiscal. E ninguém melhor do que o Sr. Carlos Avalone para falar, inclusive, como esses incentivos são concedidos.

Com a palavra, a Srª Roberta.

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA- Obrigada.

Quero cumprimentar o Deputado Eduardo Botelho, Presidente desta Casa; Deputado Zé Domingos Fraga, Presidente desta Comissão de Fiscalização, Acompanhamento e Execução Orçamentária que nos ajuda também na condução do nosso orçamento; Deputada Janaina Riva, representante feminina, aqui presente; demais Deputados; Secretários de Estado; colegas da SEPLAN; representante do Tribunal de Contas, Sr. Flávio; representante da Universidade Federal,

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

Sr. Edmundo; Presidente do Sindicato, Sr. Oscarlino; demais representantes de Sindicatos; e todos presentes.

Basicamente hoje iremos apresentar as indagações que foram feitas na Audiência Pública de terça-feira, o Wagner, o Oscarlino, fizeram alguns questionamentos, alguns detalhamentos que não trouxemos na terça-feira e vamos apresentar hoje. O Ormond, nosso colega da SEFAZ, já apresentou toda metodologia da receita e agora eu irei apresentar o detalhamento da estimativa da receita para 2018.

A grande questão que foi colocada na terça-feira, era qual a variação de receita para 2018 em relação a este ano de 2017, em relação a 2016.

Então, em relação aos grandes grupos a receita total corrente em 2016 foi realizada 18 bilhões e 500 milhões; em 2017, na LOA inicial colocamos 19 e 500. É o que foi apresentado na LOA que foi encaminhada para aprovação.

Não colocamos aqui a estimativa de fechamento de 2017 porque temos uma pequena variação, como o Ormond comentou, viemos recuperando essa frustração de receita a partir de agosto e a expectativa é que cheguemos bem próximo, se não chegarmos no previsto, chegaremos bem próximo do previsto em 2017. A variação tem alguma diferença de cálculo entre a SEPLAN e a SEFAZ, mas no final chegaremos ao mesmo número.

A nossa está por volta de 2% a mais ou a menos, e a da SEFAZ quase 3%. Não é, Ricardo? Então, 2% seria essa LOA inicial, é um número bem próximo da realizada e trouxemos só a LOA inicial aqui.

Em 2018, 21.440 de receitas correntes, uma variação de 9,91%.

Quando abrimos aqui, receita tributária 7,81% de estimativa de realizar a mais, o Ormond já mostrou o ICMS da energia, que é o nosso carro chefe; o IPVA. Mostrou item por item de como chegamos a esse número, mas no total de receita tributária estamos prevendo um crescimento apenas de 7,81%.

De Transferências correntes temos FPE, os convênios assinados com o Governo Federal. Esse aumento é pequeno porque este ano tivemos uma grande frustração.

Receitas de contribuições, contribuições sociais; o FEX - 6,59%; demais receitas correntes - 60%.

Então, às receitas que temos uma responsabilidade, uma governabilidade maior que são as correntes, que é onde estão as tributárias, prevemos um crescimento de 9,91%, apesar de que nessas transferências correntes e de contribuições não depende tanto do esforço do Executivo, principalmente na receita tributária.

Quanto às receitas de capital não temos quase nenhuma governabilidade. Tudo o que está previsto aqui de operações de crédito e de transferências de capital, que são os convênios de despesas de capital que vão para as secretarias, já está assinado, já está firmado. Não fazemos uma estimativa do que poderia acontecer no Orçamento. Nós só colocamos no Orçamento o que já está concretizado ou o contrato de operação de financiamento ou o convênio, mas não é nenhuma garantia que se realizará. Tanto que em 2017 a perspectiva é realizar bem menos do que foi previsto.

Tivemos uma frustração muito grande, pois o Governo Federal, no momento que entrou em crise, parou de passar recurso de financiamento e de convênios para nós. Por mais que sejam despesas que podemos não realizar, são despesas discricionárias, é um grande prejuízo, porque são convênios de obras, financiamentos de obras, algum serviço que seria colocado à

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

disposição da população e que melhoraria, em algum sentido, a qualidade de vida da população, mas não recebemos e não realizamos.

Então, essas despesas de capital saem da nossa governabilidade, aumentam um pouco...

Quando eu coloco operação de crédito, que a realização será 65,05% a mais, eu estou puxando o aumento da estimativa da receita como um todo. Então, Receita Corrente - 9,91; e a Receita total seria... (FALHA NO MICROFONE) ...

Então, essas receitas de capital que podem não se realizar, como falei, acabam puxando a estimativa da receita para maior, mas, principalmente, que temos que prestar contas, temos que ter os cálculos mais reais possíveis que buscamos... Como foi até comentado aqui, na terça-feira, temos buscado uma estimativa de receita mais real, não subestimar a receita. Seria essa tributária de 7,81%, apenas, de crescimento.

Aqui abrimos esse detalhamento da receita tributária: imposto de renda nós tivemos uma queda, uma previsão de queda no imposto de renda. A nossa previsão... Para 2017 já tivemos uma previsão normal. A previsão para 2018 é menor, ainda. O IPVA teve um pequeno aumento de 4,85%. Está bem compatível com a movimentação da economia nesse setor. O ITCMD um valor maior de 28,22%; e ICMS, que é o nosso grande carro-chefe, 3,24%. Então, está bem compatível com a realidade. Nós até esperamos um crescimento maior. Não tem nenhum número aqui...

Quando abrimos a receita tributária vemos que os principais itens que temos governabilidade, que usamos todo o nosso esforço de arrecadação, os principais, IPVA - 4,85%; ICMS - 3,24%. Aqui mostramos que não há uma expectativa muito grande de receita que não possamos realizar.

Nas taxas tem uma pequena queda por causa daquelas taxas que perdemos, não é, Ricardo? Multas, juros!

Aqui são 100%, porque não estava previsto na receita tributária. Estava previsto em outro item e a mudança no manual de contabilidade do Governo Federal, a partir de 2018, passa para esse item de impostos. Então, em 2017 não estava previsto. Por isso, o aumento é de 100%, mas a expectativa de realização segue o mesmo cálculo que o Luiz Ormond passou.

As deduções: receita tributária líquida, apenas, um aumento de 6,95% para 2018.

Aí fazemos uma comparação das receitas orçamentárias previstas e realizadas.

A LOA até outubro de 2017! Isso é o que já realizamos até outubro e o que deveríamos realizar até outubro de 2017: já realizamos na receita total líquida 13 bilhões e 700 milhões e deveríamos realizar 15 bilhões, uma queda de 8,67%. E aqui abrimos onde? A receita tributária teve uma pequena queda. Essa receita tributária temos na esperança de chegar ao final do ano e realizar esse previsto. Teve uma queda grande na receita agropecuária, receita de serviços. Nas transferências correntes entra o FPE. Então, aqui é essa frustração.

As nossas principais frustrações foram os repasses do Governo Federal. O Governo Federal sentiu a crise lá e repassou para os Estados. Poderia ser feito de outra forma? Poderia! Mas essa é uma questão de definição de política do Governo Federal e nós não temos como questionar, como ir contra. O Governo Federal consegue financiar o *déficit* dele e nós não conseguimos, mas nós sentimos o resultado dessa política.

Então, aí vemos nas transferências correntes que eu falei, principalmente os convênios, o tamanho da redução que nós tivemos, da frustração; receitas de capital - 84,11% de

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

frustração. Estávamos prevendo 1bi 237 e realizamos somente 196 milhões. Aí são, principalmente, as operações de crédito e os convênios.

Volto a repetir que isso é um grande prejuízo por mais que seja despesa... Quer dizer, é uma unidade nova que nós fizemos toda a programação no Orçamento de construir e tem a frustração não só da receita, mas a frustração da expectativa, também, da população de receber aquele pagamento e não tê-lo.

Receita intraorçamentária - que eu já comentei na terça-feira -: sai de uma Secretaria e vai para o MTI, sai de outra Secretaria e vai para a IOMAT. Então, são receitas que tramitam dentro do Orçamento.

Deduções: são os repasses para os municípios e para o FUNDEB. Até outubro teríamos que repassar 3bi 938 e estamos passando 3bi 848, ou seja, uma pequena redução.

Então, uma queda na receita total líquida de 8,77% puxada, principalmente, pelas receitas de capital.

Em relação às despesas qual é a variação?

Pessoal e Encargos: voltamos a comentar aqui folha de pessoal do Estado como um todo, inclusive, de outros poderes e não só do Executivo.

Tínhamos, em 2016, 11bi e 200; em 2017, 11bi e 600 e está previsto chegamos a 13 bi e 64, um aumento de 12,15%. Esse aumento está acima do teto da PEC. Tivemos que fazer o ajuste durante um ano. Se a receita aumentar e o custeio diminuir, ficamos dentro dos limites estabelecidos pela PEC, mas como falamos a PEC não conseguirá se adequar no primeiro ano. A despesa com pessoal é uma despesa rígida que não tem como chegarmos de um ano para outro por causa dos limites estabelecidos e diminuirmos. Então, vamos fazendo os ajustes necessários até chegarmos a um ano que conseguiremos absorver todos os limites da PEC e que conseguiremos essa diferença que terá de sobra de recurso para investimento, principalmente.

Em 2017 tivemos aquele aumento do chamamento de policiais, teve outros concursos. Então, a nossa folha já está nesse valor de 13 bilhões para 2018 do Estado todo.

Juros e encargos da dívida: somamos o serviço da dívida, os juros e encargos e mais a amortização da dívida. Previsto para 2018...

Aqui não seria o aumento. Isso aqui são projeções que tinham sido feitas e nós colocamos a menor no orçamento e já realizamos 184 milhões.

Outras despesas correntes, uma variação de 10%.

Em relação à Despesa de Capital: investimentos, colocamos aqui uma redução de 5.89%; inversões financeiras tem uma redução, porque não há necessidade desse valor total que foi colocado em 2017.

Isso aqui é previsto inicial da LOA. Por isso, o previsto dos juros e encargos está um valor menor, a previsão que foi feita. Se precisar, durante o ano, realizar mais, nós vamos suplementando.

Então, foi prevista como inversão financeira um valor maior que teria que ir, como comentei na terça-feira, para a ZPE de Cáceres. Não precisou, porque a obra não ficou pronta, mas estamos prevendo de novo com um valor mais real em 2018.

Amortização da Dívida já é um valor menor, considerando todas essas negociações.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Reserva de Contingência e Provisão para Emenda. Aqui já estão os dois itens, quanto vou deixar de Reserva de Contingência para atender passivos fiscais e mais das emendas dos Deputados que voltam para as Secretarias.

Num total de aumento da despesa em relação a 2017, a previsão é 10,34%.

Aqui também foi pedido pelo Oscarlino que fizéssemos uma comparação de quanto seria a vinculação dos duodécimos dos Poderes com a Receita Corrente Líquida.

Então, para uma Receita Corrente Líquida estimada para 2018, pelo conceito da Lei de Responsabilidade Fiscal, de 15 bilhões e 500 milhões, se nós fôssemos aplicar a mesma vinculação que estava em 2017, que era 17,07%, mais Defensorias, chegaria a 17,97%, porque no início não colocávamos a Defensoria no cálculo dessa vinculação. Depois que colocamos a Defensoria, então, de 17,07%, como estava inicialmente na LDO, ficaria 17,97%.

Se nós utilizássemos essa vinculação, nós teríamos que repassar um valor de 370 milhões a mais.

Pela correção - isso aqui é o que colocamos na LOA - do IPCA, nós vamos passar 2 bilhões 416 milhões. Aqui é só o duodécimo, sem a fonte própria. Além disso, os Poderes têm as fontes próprias.

Só a fonte do Tesouro e do FETHAB, que vai passar para os Poderes, na LOA 2018 nós colocamos 2 bilhões 416 milhões.

Se fôssemos usar aquela vinculação, que estava em vigor em 2017, nós teríamos que passar 2 bilhões, 787 milhões. Então, uma economia que os Poderes concordaram e vai nos auxiliar na execução orçamentária de 2018, de 370 milhões ou 2,39%.

Aqui são as variações das principais áreas, saúde, educação e segurança, para 2018.

Educação: na LOA/2018 está 2.916, orçamento total; 2017, 2.700, uma variação de quase 8%.

Segurança Pública: 2 bilhões e meio para 2 bilhões e 100 milhões, de 2017, uma variação de 17,95%.

Quero fazer uma ressalva àquilo que o representante do Sindicato da POLITEC comentou do custeio deficitário da Secretaria de Segurança. Nós vimos aumentando muito... Desde 2015 o orçamento da Segurança Pública era muito menor, mas com esse chamamento dos policiais a folha deles e o custeio aumentaram muito, porque tivemos um chamamento grande de policiais que foi uma diretriz de Governo, foi uma escolha do Governo em priorizar a segurança.

Se a Segurança estivesse aqui poderia apresentar os números. Tem números muito favoráveis desse investimento. Mas não só os policiais. Tem os policiais, tem a capacitação que eles precisam receber para entrar em serviço; tem as viaturas, que aí eu tenho que alugar mais viaturas, porque esses policiais não podem ficar dentro dos quartéis, tem que ir à rua; a gasolina das viaturas; os coletes, o armamento, a munição.

Então, por causa dessa escolha de investir na segurança, de melhorar a sensação de segurança para a população, o custeio da segurança aumentou muito. Por mais que aumentemos... Para 2018 mais 18% que estamos destinando. Por mais que aumentemos o orçamento da Secretaria de Segurança Pública ainda fica apertado, por causa desse aumento considerável do custeio.

Saúde: estava saindo de 1.600 milhões para 1 bilhão e 800 milhões para 2018. Um aumento de 15,42%, de um ano para outro.

Orçamento das áreas essenciais: de 6 bilhões e 400 milhões para 7 bilhões e 300 milhões. Uma média de 13% para o ano que vem.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Dentro de um orçamento total do Executivo, um aumento de 10,85%, as áreas essenciais foram mais beneficiadas com um aumento de 13,15%.

Isto é um quadrinho importante.

Deputada Janaina Riva, Vossa Excelência fez essa pergunta ao Ricardo da economia que vamos ter em relação à PEC, eu quero deixar claro que essa economia que está colocada é a economia que já temos a medida. Essa economia já está no orçamento. De que forma? Eu deixei de colocar no orçamento uma parte para a dívida... Essa negociação da dívida de 120 milhões eu coloquei a menos no orçamento. Então, já está colocado no orçamento um valor para a dívida menor. Já foi considerado um valor menor.

Esses 370 dos duodécimos, eu já coloquei a menos para os Poderes.

E essas despesas primárias correntes é uma redução de 246 milhões de reais, que é uma projeção que temos que fazer para adaptar à PEC. Nós ainda não temos certeza.

Então, esses 736 milhões de reais já estão considerados no orçamento. Não vai ser uma sobra a mais que teremos para destinar alguma coisa. Isso aqui eu já coloquei a menos e já destinei em outras Secretarias.

Além desses 736 milhões de reais, podemos ter uma redução, ainda, em relação a dois itens: ao *Bank Of America*, que se tivermos uma venda, uma negociação dessa dívida, nós vamos ter uma sobra... De quanto, Ricardo?

(O SR. RICARDO RESPONDE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – O Ricardo que sabe todos os números de cabeça.

(O SR. RICARDO RESPONDE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Só do *Bank Of America* e mais do BNDES que também estamos com uma negociação. Somando os dois, são 200 milhões, mais ou menos. Não é?

Esses 200 milhões não estão no orçamento, porque não temos a certeza, não contratamos, não podemos colocar uma estimativa de uma coisa que não temos certeza. Está em negociação.

Se essas negociações se realizarem, aí, sim, vai ter uma sobra que podemos priorizar o quê? A saúde? Aí vai ser uma definição de Governo, de onde poderíamos colocar esses 200 milhões a mais.

A SRª JANAINA RIVA – Srª Roberta, eu vou te interromper porque é com relação a isso.

Eu perguntei para você sobre essa questão do que sobraria, porque eu já tinha essa noção mesmo que não vai sobrar. Nós não teremos a mais para investir. Isso já está dentro do orçamento e já está comprometido. Foi isso que você disse.

Da mesma forma, você não acha que deveria ser considerada a Receita de Capital? Porque a Receita de Capital do jeito que está hoje também não é um risco de novamente se vender uma frustração de receita, porque você teve uma expectativa de contrair empréstimos que também pode não ser correspondida?

Era isso. Obrigada.

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Vossa Excelência tem razão, coloquei aqui que é uma frustração. Além da frustração da receita, é uma

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

frustração da expectativa de receber aqueles bens ou serviços. Mas são operações que já estão contratadas, tanto convênios e operações de financiamentos já contratadas.

Então, tem tudo para dar certo, tem tudo para se realizar. Toda parte legal, toda operacionalização legal, está feita. O que pode acontecer? No meio do caminho o governo federal falar: “Não, agora não vou mais fazer esse financiamento, não vou passar, mudou o cenário do governo federal, esse convênio não vou mais passar para vocês”. Mas fica. Está previsto no orçamento, a conta do convênio está criada, está tudo prontinho para receber, só não recebe o repasse financeiro.

É um risco que...

(A DEPUTADA JANAINA RIVA FALA COM A ORADORA FORA DO MICROFONE – INAÚDIVEL).

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Muito, muito, muito. Tantas operações de créditos quanto convênios.

Então, infelizmente, é um risco que temos que correr, porque não são expectativas a realizar, são operações já contratadas.

Encerro por aqui.

Tem aquela informação da receita da saúde, que o Ormond não trouxe, o Ricardo irá passar, que o Oscarlino pediu.

Eu acredito que eu tenha respondido todos os questionamentos de terça-feira, só complementando com essa informação do Ricardo, das receitas da Secretaria de Saúde.

O SR. SILVANO AMARAL – Roberta, só para fazer uma explicaçãozinha, até mesmo porque você está falando da receita.

É o seguinte: nós temos aqui o orçamento de 20 bilhões e 364 milhões e percebi que a maioria desses recursos, dessa diferença de 1 bilhão e 900 de 2017 para 2018, que 900 milhões estão previstos nas demais receitas correntes.

Eu queria que você pudesse detalhar as demais receitas correntes, porque na sua apresentação você não fez o detalhamento das demais receitas correntes. Não é?

Temos aqui uma previsão executada de 2 milhões e 129 milhões, em 2017 a previsão ainda não fechou é de um bilhão e meio e você retornou novamente essa diferença para 2 bilhões e 400.

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Vou passar para o Ricardo, porque como é a equipe dele que coordena esse lançamento na LOA, o detalhamento mais fino, vamos dizer assim, ele vai nos passar agora.

O SR. SILVANO AMARAL – Está bem. Obrigado.

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Encerro aqui.

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO – Bom dia a todos!

Inicialmente, Deputado Silvano Amaral, explico as outras receitas correntes, o que está agrupado ali.

Além das demais, das outras receitas correntes, temos receitas de serviços, receita patrimonial e também temos uma mudança de contabilização dos depósitos judiciais.

Se o senhor observar, na receita de capital está ali outras receitas de capital no valor de 209 milhões. Até então contabilizávamos depósitos judiciais como receita de capital e a normativa diz que tem que ser receita corrente e esse valor que estimamos para o ano que vem, que

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

seja próximo de 259 a 300 milhões, também compõe outras receitas correntes. Isso explica um pouco dessa diferença, além da reestimativa da receita patrimonial, das aplicações e de algumas medidas que estão sendo tomadas no sentido de concessões e outras, que fez com que esse valor tivesse uma alteração substancial em relação à LOA, mas o principal item é a mudança da contabilização de depósitos judiciais, porque ainda existem depósitos judiciais a serem recebidos pelo Estado, que servirão principalmente para pagar precatórios e posteriormente a própria dívida pública do Estado.

O SR. SILVANO AMARAL – O senhor tem o detalhamento dessa...

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO – Tenho. Não tenho aqui agora...

O SR. SILVANO AMARAL - Porque me chama a atenção que temos 01 bilhão e 900 milhões em relação a 2017 e só nessa receita, nesse item, só aí temos em torno novecentos milhões, em números redondos. Só para que pudéssemos ter uma situação mais... ..porque se tem 01 bilhão e 900 milhões em relação a 2017, só aí dão 900 milhões; daí vem outra situação, que são mais 430 milhões, que é justamente o que a Roberta falou, da questão das operações de crédito, porque às vezes é uma situação que está contratada, está disponível, mas depende também do próprio Governo executar as obras, como é o caso de dinheiro de VLT, de BR-174, enfim, de empréstimos todos que estão aí - não é o caso da 174, porque não é empréstimo -, mas acaba gerando, no contexto geral: “Ah, o Estado tem uma receita prevista de dois bilhões a mais...” Em uma inflação de menos de quase 3%, temos um aumento real de 10,34%, que, na verdade, não é real”.

Ele chega a ser preocupante, porque, se pegarmos as nossas receitas, que você colocou ali que são aquelas receitas que o Estado poderia investir na questão da saúde, da educação, da segurança pública, basicamente temos uma preocupação, porque de real mesmo temos praticamente muito pouco, quase nada em relação a questões das ações que precisam ser feitas, inclusive da grande preocupação que temos para o exercício de 2018, que é a resolução da questão da saúde, que é a grande reclamação de todo o povo mato-grossense.

E preocupa-nos muito mais o que a Deputada Janaina Riva colocou aqui, e colocou muito bem, que da economia com a PEC do Teto, dos setecentos e poucos milhões, já estão redistribuídos dentro do próprio orçamento, embora a saúde tenha tido um incremento de mais de duzentos milhões na sua receita.

Era isso. Obrigado.

O SR. RICARDO ROBERTO DE ALMEIDA CAPISTRANO – Aproveito que o senhor destacou com relação à economia, essa diferença que não foi alocada permitiu que pudéssemos alocar o percentual a mais na saúde e na própria educação.

Se o senhor observar, nós aplicamos 27,15% e 13,7% em virtude dessa alteração que foi feita, em virtude da própria Lei Complementar e da Emenda Constitucional 81, que permitiu essa possibilidade de colocar nessas áreas, conforme foi colocado no orçamento.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Deixe-me aproveitar, Deputado Silvano Amaral, acompanhando essa fala do nosso parceiro.

O senhor acha que esse incremento a mais que foi colocado na Saúde consegue eliminar o restos a pagar que vai ficar do exercício anterior na área da saúde, que se comenta que são mais de trezentos milhões? Ou seja, o incremento que está se propondo em termos de orçamento é menor que o que se comenta em termos de restos a pagar?

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

A SR<sup>a</sup> ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Deputado Zé Domingos Fraga, a Secretaria de Fazenda ainda não fechou esse número dos restos a pagar.

Nós temos reuniões semanais na Câmara de Gestão Fiscal, das quais participam as Secretarias de Fazenda e Planejamento; Controladoria e SEGES e nós estamos com expectativas de fechamento de restos a pagar, por volta de 600 milhões mais ou menos, para o Estado todo, para todas as Secretarias. O da Secretaria em si eu não sei, e mesmo assim, mesmo não tendo o número da saúde, não temos o número total de restos a pagar que vai ficar, porque estamos nesse trabalho de fechamento do exercício ainda.

Acredito que até a primeira quinzena de dezembro já teremos esses números. Assim que tiver fechado, podemos passar para Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Muito obrigado.

Registro a presença e ao mesmo tempo convido para compor a mesa dos trabalhos o Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga.

Quero pedir, meus amigos e minhas amigas, principalmente o pessoal da mesa, que sejamos breves, até porque têm muitas pessoas inscritas, tanto da plateia quanto da mesa.

Ouviremos agora o nosso Secretário de Desenvolvimento Econômico, Carlos Avalone, que dispõe de dez minutos, até porque o mais importante de tudo são os debates.

Registro ainda a presença do Edmundo, que chegou quietinho, e espero que ele continue quieto. (RISOS)

O SR. CARLOS AVALONE – Bom dia a todos!

Presidente Zé Domingos Fraga, é um prazer imenso estar aqui com os senhores.

Cumprimento em nome dos Deputados Silvano Amaral e Janaina Riva todos os integrantes da mesa e toda a plateia.

Muito obrigado pelo convite.

Vou tentar ser bastante breve, mas acho importante fazer alguns esclarecimentos sobre incentivos fiscais, que estão extremamente demonizados no nosso Estado e precisamos fazer alguns esclarecimentos sobre eles.

Hoje a população, grande parte da sociedade, acha que incentivo fiscal está tirando dinheiro da saúde, da educação, da segurança pública, diminuindo investimento no Estado. Então, há uma mistura de estações que nós precisamos tentar começar a dar um rumo nelas e tal.

Inicialmente, eu acho que é importante dizer que políticas públicas e de incentivos não são invenção de Mato Grosso, não constituem nenhuma novidade, elas não são exclusivas daqui, são praticadas há muitas décadas, em dezenas de países e com resultado bastante diverso, mundo inteiro usa incentivos fiscais.

Em nosso País, há incentivos fiscais praticados nas três esferas de governo, tanto nos Estados, como no Governo Federal, como nos Municípios, todos têm incentivos fiscais.

O relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso fala que seria prova de ingenuidade ou pior, passividade, a inexistência de uma política de incentivos fiscais em Mato Grosso. Assim, não se questiona a presença de tal política, mas a sua efetividade, a sua gestão, o seu acompanhamento, a sua fiscalização. Então, não é o incentivo o problema, o problema é a utilização do incentivo.

Tem um documento do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, *La eficiencia de los incentivos fiscales* esse documento de 2015 informa que a adoção de incentivos fiscais como estratégia de fomento ou investimento em países subdesenvolvidos, justifica-se, e nós

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

não estamos falando de Mato Grosso nessa explicação do BID, devido a possibilidade de compensar outras deficiências do ambiente de investimento, por exemplo, o custo de logística, a baixa qualificação de mão de obra, portanto baixa produtividade, distância dos mercados consumidores e segurança jurídica. Então, o BID diz que se tiver isso, cabem os incentivos fiscais. Você tem que compensar. A indústria não vem para cá, as empresas não vêm para cá com a deficiência de logística que nós temos, elas vão onde está o consumo, onde está quem vai consumir os seus produtos.

Então, não é Avalone, não é o Governador, não é nem sociedade de Mato Grosso que está dizendo isso, muito menos Assembleia, quem está dizendo isso são os organismos, TCE, quem está falando isso é o BID, quem está falando isso são as instituições macroeconômicas no mundo.

Cabe destacar também, que a SEDEC e ai falando de nós, entende que uma vez em consenso que devemos conceder incentivos fiscais aos investimentos para compensar o custo extra, logística, mão de obra e etc, em nosso Estado, é importante garantir que esses incentivos não introduzam mais debilidades no clima de negócios, que não introduzam descompensações ao que está acontecendo.

Temos que cuidar muito dessa parte dos incentivos fiscais não atrapalharem a competitividade das empresas. Tem que ser equalizado. O incentivo fiscal, você não pode dar para a empresa da Janaina, que tem a mesma empresa do Carlos Avalone, 70% para a Janaina e 80% para o Carlos Avalone, senão isso vai entrar no preço. O Carlos Avalone estará muito mais competitivo que a Janaina. Então, cuidado na hora de dar o incentivo fiscal. Se eu vou dar um incentivo fiscal para uma empresa tem que ser em cadeia produtiva. Todos do segmento têm o mesmo incentivo. Todos os segmentos terão os mesmos benefícios. Então, temos que ter muita segurança nisso para não interferir no preço, para não interferir nas questões da competitividade.

Mato Grosso dá muito incentivo fiscal? Parece-me, pelas conversas, que dá. Então, eu trouxe algumas comparações importantes para fazermos. Como eu disse, as três esferas dão incentivos. Eu fiz duas comparações aqui, uma comparação do incentivo com a receita, de imposto, e outro do incentivo com o PIB.

A União deu 18,4% de incentivo em relação à receita de impostos e 4,2 em relação ao PIB.

Mato Grosso deu 1,3 em relação ao PIB. Mato Grosso deu um terço dos incentivos proporcionais que a União dá.

Em relação os estados do centro-oeste, o Mato Grosso do Sul dá 2,2 em relação ao PIB; Mato Grosso, 1,3 e Mato Grosso do Sul, 2,2; Goiás 4,7; nós 1,3. Você vai a Goiás e todo mundo adora incentivo fiscal, a sociedade é a favor, funcionário é a favor, empresário é a favor, todo mundo é a favor.

Em relação à receita de impostos, os incentivos em Goiás são 51% e em Mato Grosso são 15%.

Então, os nossos números não estão... Apesar de aqui ainda ter que ser discutida essa questão, colocada pelo Ormond, que é a questão da transparência, que se mudou agora na administração Pedro Taques, dar mais transparência. Portanto, colocar isso de forma diferente.

Agora outra informação importante para a Assembleia Legislativa, importante para os funcionários, importante para todos nós, para a sociedade, principalmente.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Os incentivos fiscais com maior representatividade perante o total da renúncia estimada, esse valor que está colocado aqui, 3 bilhões e 600 milhões, para o ano que vem, para o Estado de Mato Grosso foram decorrentes do regulamento do ICMS, vinculados à SEFAZ, 52%.

Os vinculados ao PRODEIC, 18,53%; os vinculados à Secretaria de Desenvolvimento, a SEDEC, são programáticos. Existe um programa. Ele é analisado, é fiscalizado, ou deveria ser; ele tem que ter uma gestão, ou deveria ter, e ele é acompanhado, ou deveria ser acompanhado. E ele tem que ter metas, tem que ter resultado, tem que gerar emprego, tem que gerar receita, gera renda. Os outros incentivos, que não são culpa da SEFAZ. Eu não estou dizendo que a SEFAZ é que dá os incentivos. Eles estão lá.

Por exemplo, alguém é contra a cesta básica? Dar incentivo à cesta básica? Não! É uma decisão da Assembleia Legislativa, do Congresso Nacional, do povo, dar uma cesta básica. É um volume grande o incentivo que está, está dentro dos incentivos daqueles 3.800. Alguém é contra dar incentivo para o IPVA? Como foi explicado aqui. O IPVA tem. Aos ônibus, em Cuiabá; à iluminação pública, todos os incentivos não têm discussão. Eles são não estão transparentes à sociedade. E o que nós, agora da SEDEC, estamos pedindo planejamento para o Tribunal de Contas, para a SEFAZ, para a CGE é que precisamos da transparência na LOA, na LDO, desses números para a sociedade vir e cobrar da SEDEC, cobrar de nós os incentivos que nós temos que dar satisfação a ela.

Foi falado aqui incentivo para AMAD, 60 milhões, 40, 50 milhões, foi colocado aqui, é uma lei da Assembleia Legislativa. Nós votamos aqui na Assembleia Legislativa. E está errada? Não. Está correta. Por que está correta? Porque existe uma concorrência entre os Estados.

A SEFAZ costuma dizer para mim, com muita propriedade, que se você quiser ir a Goiás e procurar um incentivo para dar para uma bota para o pé esquerdo lá em Goiás tem. Goiás tem incentivo para tudo. Eu não sou favorável a isso. Não sou! Eu acho que isso é um equívoco. Eu concordo com a Secretaria de Fazenda. Eu acho que incentivo fiscal tem que ter coerência, nós temos que ter sentido para dá-lo. Tem sentido você pegar as cadeias produtivas... Nós somos grandes produtores, nós trabalhamos em cima disso, mas nós não podemos fazer loucura, trazer para cá uma fábrica de automóvel e dar subsídio para trazer essa fábrica para cá.

Mas nós não podemos perder uma fábrica de esmagamento de soja se a soja está aqui! Não podemos perder a de etanol se o milho está aqui, se a cana está aqui! Então, temos que fazer a compensação, o incentivo entra para compensar o custo de Mato Grosso, não é para o empresário por o dinheiro no bolso. Se é isso que está acontecendo, está errado!

Então, não vamos brigar com o incentivo fiscal, vamos brigar com a destinação do incentivo fiscal, dos erros do incentivo fiscal. Vamos brigar por isso! E isso a polícia está fazendo, as delações estão fazendo, está tudo judicializado, e entra o atual Governo. Quando aparece aqui... Apesar de ter tentado explicar a Fazenda e o Planejamento; mas, quando mudamos a transparência para apresentar os incentivos fiscais, a sociedade não está entendendo que saiu do Governo do Silval Barbosa, de passado, de 01 bilhão e alguma coisa para 03 bilhões e 800 milhões de reais.

“Ah! Nós estamos sendo transparentes!” Estamos. Mas explica para a sociedade se isso não é aumento de incentivo? Ninguém entendeu. A sociedade acha que Pedro Taques, o Governo dele, deu esse “mundareco” de incentivo. Não é verdade! Vou dar os números para vocês: números, números... Lá na SEDEC, quando o Pedro Taques assumiu, tínhamos 682 empresas – indústrias, comércio e cerealistas – que recebiam incentivos fiscais.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

E o Governo decidiu que eles não tinham direito a esse incentivo fiscal, apesar de ter contrato, apesar de ter um monte de coisa, mas que não tinham. De 58 empresas comerciais, 54 já foram desenhadas, não tem mais incentivo. Cinquenta e quatro. Quatro estão com vista para a Procuradoria e serão desenhadas ainda no mês de dezembro. De 140 cerealistas, 70 foram desenhadas totalmente, não tem mais incentivo.

Hoje, são 435 empresas, no total, que tem incentivo fiscal no Estado de Mato Grosso. Quatrocentas e trinta e cinco. Em minha opinião, já fui Secretário lá trás, no Governo Dante de Oliveira, isso é uma vergonha! É uma vergonha! E o Governo Pedro Taques enquadrou 18, só. Dezoito empresas só! Desculpa, mas é uma vergonha para mim! Eu acho que isso aqui não é gostoso de falar como Secretário de Desenvolvimento. Eu não fico feliz em dizer isso. Mas a sociedade acha isso bom, infelizmente. Por quê? Porque a sociedade está errada? Não. Porque a bagunça estava muito grande. A bagunça estava muito grande!

No último semestre do Governo passado foram dados a 117 empresas incentivo fiscal. Cento e dezessete empresas! Num total de incentivo daquele semestre, 685 milhões. O Governo Pedro Taques, no primeiro ano, deu 50 milhões; no segundo, 250; e agora não chegará a 100. Como é que vai explicar para a sociedade que foi para 03 milhões e 800, gente?

Então, temos que desmistificar isso. Isso não é verdade. Certo? A verdade é outra. A verdade é a Dr<sup>a</sup> Ana Cristina Bardusco fez uma notificação recomendatória para mim, Secretário, e eu estou feliz de ter recebido isso. Ela me recomendou: “Olha, Secretário, o senhor precisa ter mais apoio na equipe comandada pelo Leopoldo”. Nós fazemos reunião duas vezes por semana no Ministério Público junto com a Fazenda, com a Procuradoria e a CGE. Três vezes por semana lá no CIRA para recuperar crédito, aí são 380 milhões do FRIBOI, 250 milhões da Votorantim, 120 milhões da ENERGISA agora, valores que estamos recuperando lá, do passado, estamos lá todo esse grupo junto. E ela recomendou: “O senhor precisa de mais apoio”.

Concluindo em um minuto.

“O senhor precisa de mais apoio, o senhor precisa de mais advogado lá, o senhor precisa de mais gente para ir para o interior. Olha, eu sugiro o seguinte: as vitorias que vocês fazem nas indústrias que sejam não só foto, que sejam também vídeo, sejam de outra forma.”

Vocês acham que eu irei ficar chateado com uma recomendação dessas?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Secretário...

O SR. CARLOS AVALONE – Fantástico! É fantástico esse tipo de recomendação.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Secretário, eu concederei mais um minuto...

O SR. CARLOS AVALONE – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Até porque é um tema extremamente importante, mas já quero adiantar que convidarei Vossa Excelência para que possa fazer uma explanação ampla, de forma muito profunda, como Vossa Excelência está fazendo aqui, para falar sobre os incentivos fiscais.

Eu já quero convidar o Fórum Sindical para que realmente marque presença nessa reunião que acontecerá na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária...

O SR. CARLOS AVALONE – Eu vou, com prazer!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Então, quero convidar o senhor para finalizar, até porque tem muitas pessoas inscritas.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

O SR. CARLOS AVALONE – Um minuto e finalizo.

A Universidade Federal de Mato Grosso fez uma pesquisa contratada pela SEDEC, não por este Governo, se não me engano no Governo de Blairo Maggi, ela pediu que a Universidade Federal fizesse uma análise dos programas de incentivos, do PRODEIC e dos programas de cadeia produtiva, a análise é fantástica, é fantástica!

Porque ela fala de problema, ela fala: “Quais são as falhas?”, todo mundo concordará que é falha na gestão, tem falha na gestão. Ela fala: “Desempenho pouco satisfatório na geração de emprego”, podia gerar mais empregos com esses incentivos. “Porém, um desempenho satisfatório na arrecadação”. O que significa um desempenho satisfatório na arrecadação? Significa que cada incentivo dado gera um número muito maior de investimento. É difícil a sociedade entender isso.

Então, ele está dizendo aqui: “Olha, se não houvesse o incentivo, a arrecadação era menor”, esse é o entendimento, também, que eu tenho dificuldade de passar à SEFAZ. A SEFAZ tem que seguir a Lei de Responsabilidade Fiscal e é acompanhada pelo Tribunal de Contas. Mas esse acompanhamento, enquanto fui Secretário da outra vez, eu fazia um relatório e entregava, lá para cada real deixado de receber no Pró-Leite gerava cinco reais a mais de arrecadação, e eu provava isso.

Eu fico muito feliz, Deputado, até porque sei do seu conhecimento, inclusive, nessa área, todos nós já debatemos muitas vezes sendo presidido pelo senhor na Comissão, que o senhor faça esse convite e que eu possa vir aqui.

Eu falo com essa ênfase, porque sou um entusiasta, estudo incentivo fiscal, eu gosto disso, acho que conheço um pouco e sei que tem muito para conhecer, mas é um tema difícil, de difícil compreensão, não é um tema fácil de explicar; e, portanto, precisamos debater bastante.

Mas, eu gostaria muito de participar desse debate. Ok!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário.

Aproveito para registrar a presença do Diretor Técnico do INTERMAT, Dr. Jeová.

Dando continuidade a nossa fala, deixarei para fazer pergunta no finalzinho, porque há muita gente inscrita.

Quero convidar o Dr. Caio para fazer uso da palavra. Q o senhor possa ser breve.

O SR. CAIO CÉSAR BUIN ZUMIOTI – Bom dia a todos!

Comprometo-me a ser bem breve. Na verdade, quero deixar registrado aqui que minha fala será também um registro e um requerimento tanto ao Relator da LOA, Deputado Silvano Amaral, e a todos os Deputados integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O senso de 2017 levantou que o Estado de Mato Grosso tem aproximadamente 3,345 milhões de pessoas, daí a grande importância dessas duas Audiências Públicas sobre a LOA, porque levamos ao conhecimento e oportunizamos a discussão de tudo aquilo que será investido para a garantia de alguns direitos que são fundamentais a todo cidadão, que é o direito à vida, à saúde, à segurança pública, a uma educação de qualidade e também o acesso à justiça.

Nós costumamos dizer que o acesso à justiça é um dos direitos mais básicos do cidadão, porque se a saúde, a segurança e a educação não estiverem sendo cumpridos, observados, por meio do acesso à justiça, nós conseguimos materializar esses direitos.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

E por que a preocupação desta fala? Porque segundo o IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, dos 3,345 milhões de pessoas que estão no Estado de Mato Grosso, dois milhões e meio recebem até três salários mínimos. Esses dois milhões e meio de pessoas são potenciais assistidos da Defensoria Pública.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer à Assembleia Legislativa que, ao dar um tratamento diferenciado à Defensoria Pública, deu um tratamento diferenciado a esses 2,5 milhões de pessoas. Deixa-me ilustrar, mais ou menos, isso aqui.

Muitas pessoas já devem ter recebido pelo *Facebook*, pelo *WhatsApp*, uma ilustração que mostra três adolescentes querendo assistir a um jogo de futebol atrás de uma cerca. O mais alto consegue assistir pela cerca, isso eu costumo intitular que é o Tribunal de Justiça; o do meio está em cima de um caixote e consegue assistir ao jogo, que é o Ministério Público, ele tem um corpo um pouco menor que o Tribunal de Justiça; e a Defensoria Pública é o menorzinho, que está em cima de dois caixotes para assistir ao jogo; e esse jogo eu costumo falar que é o acesso à justiça.

Então, esse tratamento diferenciado possibilitou que esses 2,5 milhões de pessoas tenham garantido o acesso à justiça. Lembrando que acesso à justiça não é apenas o acesso ao Poder Judiciário. O acesso ao Poder Judiciário é uma perna desse acesso à justiça.

Fica aqui a minha indagação, o meu registro, e a minha solicitação. Na LDO de 2018, foi previsto para a Defensoria Pública efetivar uma dessas garantias, que é obrigação do Estado, que é o acesso à justiça, algo em torno de 125 milhões de reais. Após, veio a PEC, salvo engano se transformou na Emenda Constitucional 81 que, dando tratamento diferenciado, oportunizou para a Defensoria Pública executar essa política pública 128 milhões de reais e, ao observar na LOA aqui, eu pude verificar na página 214 do projeto, que essa readequação não ocorreu. Em tese, na minha humilde opinião, estaria violando o art. 51, parágrafo 2º, que diz que a LOA deve ser adequada à emenda constitucional.

Então, é o meu alerta e o meu registro, tanto ao Deputado Silvano Amaral, como Relator, e aos integrantes da CCJR, que não deixem passar em branco para não permitir que essa LOA nasça inconstitucional.

Eram essas as minhas palavras, Deputado. Eu gostaria de aproveitar também para cumprimentar toda a bancada, em nome do Deputado Zé Domingos Fraga, Deputado Silvano Amaral, Deputada Janaina Riva; todos os integrantes, os membros e servidores do Ministério Público, em nome do Procurador Marcelo Ferra; em nome do nosso querido servidor Marcos, Analista da Defensoria Pública, cumprimento todos os servidores do Estado de Mato Grosso.

Era isso o que eu tinha a trazer, Deputado, e agradeço muito pelas palavras.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Dr. Caio.

Passo a palavra rapidinho ao Deputado Silvano Amaral, nosso Relator, depois daremos continuidade a nossa reunião.

O SR. SILVANO AMARAL - Bom, eu só quero aproveitar o momento, só para falar para a Roberta, essa questão da Defensoria realmente nós temos discutido há algum tempo, inclusive algumas reuniões foram feitas com o Silvio e os assessores.

Realmente, na questão da Defensoria, precisa-se prestar um pouco de atenção. Dessa economia de setecentos e poucos milhões, que nós tivemos na PEC, que pudéssemos, de repente, fazer uma análise... Nós sabemos muito bem que puxa de um lado, falta do outro, o orçamento é matemático, ele é um número redondo, não há como inventar número e nem como inventar receita.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Mas por uma questão social... E nós temos essa dificuldade em todo o Estado de Mato Grosso, especialmente na Defensoria Pública, que trata também, inclusive da saúde, porque muitas pessoas acabam buscando a Defensoria para poder ter os seus direitos garantidos.

Então, que pudéssemos fazer uma análise, Roberta, que não é nenhuma questão, eu fico até meio... Para deixar bem claro, não é uma questão de oportunismo, nem de falácia, porque não é esse o caso, para deixar bem claro, que nós pudéssemos fazer alguns ajustes e, de repente, encontrar uma solução para essa situação da Defensoria.

Como disse agora a representante da Defensoria, que nós pudéssemos, no caso, por exemplo, mais ou menos uma justiça dentro daquilo que é permitido da economia e também para que pudéssemos ajustar no limite da economia, que pudéssemos ajustar o crescimento do orçamento da Defensoria.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Até porque a diferença da Defensoria Pública para os demais Poderes, ou órgãos, é justamente porque eles vão partir não do autorizado, do inicial, precisamos fazer esse ajuste. E para não mexermos aqui, até para não criar problema de gestão, que viesse essa sugestão para que pudéssemos fazer esse incremento por meio de uma proposta do próprio Poder Executivo, e a Comissão faria essa alteração.

Dando continuidade a nossa reunião, convidamos o Nelson Viana, Secretário Executivo, neste ato representando o Dr. Marco Aurélio Marrafon.

O SR. NELSON VIANA - Bom dia a todos! Bom dia, Deputado Zé Domingos Fraga, Deputado Silvano Amaral, como Relator da LOA.

Em nome do Secretário Marco Aurélio Marrafon, queremos dizer que essa discussão da receita é muito importante, porque a educação de qualidade só vai acontecer, só vai ocorrer com mais receita. Nós que estamos à frente da educação, verificamos que são... Temos praticamente 756 pontos de despesa, que seriam as escolas. Ou seja, como direito de todos e dever do Estado, essa geração de despesas, nós precisamos ter essa contrapartida. Estamos verificando aqui, já de pronto, que o próprio orçamento, a própria LOA, começa com certa dificuldade de financiamento dessas despesas quando projeta, por exemplo, 6.95 na receita e 10.34 na despesa. Ou seja, já existe um *gap* que precisa ser corrigido ao longo do tempo.

Temos grandes projetos na educação, projetos que farão com que a educação seja uma educação transformadora, e educação transformadora precisa de um bom ambiente, inicialmente: um bom ambiente escolar, um bom ambiente para os professores, para os servidores, para todos que atuam na educação. Ou seja, o processo educativo é um processo para que eu possa ver que o mundo, que o ambiente ao meu redor esteja se transformando. E isso, o Estado, de certo modo, tem que proporcionar por meio desse conjunto de receitas que será dedicado à educação. Esse aumento é interessante, é importante. Durante esse ano, a execução dos 2 bilhões e 700, praticamente, está ocorrendo, realmente é um grande conjunto de despesas, e nós queremos.

Lá temos grandes projetos como tinha dito.

O Projeto Muxirum, para tentarmos eliminar de certo modo em alguns pontos mais específicos de Mato Grosso a questão do analfabetismo. Ou seja, é um Projeto que pretende eliminar, tirar 11 mil pessoas dessa situação obscura, ou seja, que não conseguem se comunicar com o mundo, através das palavras, através da leitura, através do conhecimento.

Com o Projeto Escola Digital, nós queremos fazer uma revolução nas escolas. Isso é um ambiente colaborativo, um ambiente em que vamos compartilhar grandes projetos, ou seja, nós

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

temos uma comunicação mais dinâmica com as escolas, até porque nós temos uma área muito grande a ser atendida.

Com o Projeto Anjos da Escola, para darmos um atendimento a um certo nicho de jovens excluídos pelos vícios, pelas drogas, esportes nas escolas, as obras nas escolas.

Nós verificamos que ao longo do tempo nossos prédios públicos e aqui nosso próprio CPA nós vemos a dificuldade que temos em fazer a manutenção dos prédios públicos. Imagina então as nossas escolas.

Então, é pintura, é telhado, é um vidro quebrado. E agora nós temos uma série de obras que precisamos fazer. Isso gera um custo muito alto, porque são 756 pontos em que nós temos essa possibilidade.

A última tempestade, por exemplo, nós tivemos 12 escolas que ficaram muito afetadas. E isso gera uma dinâmica dentro da Secretaria que nós temos que ter recursos para fazer frente a esses problemas.

A Escola Plena que é um grande projeto. Ou seja, instalamos agora 14 durante este ano e o ano de 2018 queremos chegar a 40 escolas plenas. E esse é um Projeto bastante interessante e a educação está aí fazendo frente a esta dinâmica.

Uma das questões muito interessantes que temos trabalhado são as questões do ar-condicionado, colocar ar-condicionado nas escolas, mas isso é um volume de recursos que tem que ser feito nos próximos dez anos, que temos que continuar com esse trabalho. Este ano foram 1.637 ar-condicionados comprados, ainda não estão instalados, mas serão instalados no final de 2017 e começo de 2018, trinta e cinco mil conjuntos escolares, ou seja, é uma dinâmica muito alta na Secretaria de Educação e aqui esses números da LOA não é o desejado, não é aquilo que nós gostaríamos, mas é aquilo que é possível para nós mantermos ou continuarmos com essa vontade, com esse desejo de transformarmos a educação de Mato Grosso. Nós temos a certeza de que a despesa sempre vai crescer, nós não temos dúvida disso e a receita geralmente é limitada

Então, Sr. Ormond, parabéns pelo trabalho! A Sr<sup>a</sup> Roberta, pelo trabalho na SEPLAN; o Sr. Ricardo; os colegas gestores; a Sr<sup>a</sup> Gisele; a Sr<sup>a</sup> Daniela, que tem feito um esforço muito grande para ajustar esses números à realidade, porque se nós não controlarmos realmente a despesa, a receita é sempre limitada, nós temos essa consciência, mas sabemos que como um dever do Estado a educação sempre vai, assim como a saúde, assim como a segurança, a educação sempre exigirá mais recursos. Estamos na Secretaria de Educação para responder quaisquer outras dúvidas e agradecemos a oportunidade, Deputado. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Sr. Nelson.

Dando continuidade a nossa audiência pública, convido agora o Dr. Marcelo Ferra, Subprocurador Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso. Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. MARCELO FERRA DE CARVALHO – Bom dia a todos! Gostaria de cumprimentar os Deputados presentes, o Deputado Zé Domingos Fraga, a Deputada Janaina Riva e o Deputado Silvano Amaral e cumprimentar em nome do Parlamento todos os que compõem a Mesa juntamente comigo, os representantes que aqui estão, os sindicalistas, pessoas da sociedade que se fazem presente, funcionários públicos. É normal que em uma discussão de Lei Orçamentária Anual, especialmente no tempo em que se vive uma crise econômica, um período de dificuldade no Estado, todo mundo venha às vezes numa audiência pública buscando olhar um pouco para o seu lado, não é? Como se fala muito em tempo de dificuldade, que o cobertor é curto e todo mundo tenta dar uma puxadinha para o seu lado, mas tentamos lembrar que cada puxada descobre algum outro lado.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Então, eu teria e tenho muitas reclamações em nome do Ministério Público, muitas dificuldades que poderíamos alegar, mas eu acho que este não é o momento oportuno, eu acho que a Assembleia Legislativa convoca esta discussão democrática para ouvir muito mais a sociedade do que os integrantes de alguns órgãos do Poder Público.

Infelizmente, esta Audiência Pública ainda não cumpre o papel que ela se destinaria. Se olharmos a plateia, eu afirmo sem conhecer cada um de vocês que 90%, no mínimo, são servidores públicos. Ou seja, a sociedade que efetivamente irá sentir os impactos da ação do Estado não se faz ainda presente na discussão.

Mas, eu quero crer que isso é questão de tempo, é questão de cultura e ainda temos muito a evoluir nesse sentido que Audiência Pública não seja uma discussão corporativa a nós. Todos nós funcionários públicos temos nossas demandas corporativas, é normal, todo mundo briga por aquilo que é seu, por aquilo que se interessa. Temos que tomar cuidado também para ouvir o outro lado, lembrando que tem uma sociedade atrás e, que estamos no serviço público justamente para servi-la.

Então, eu irei evitar falar dos casos específicos do Ministério Público porque eu acho que todo mundo tem, se cada instituição colocar as suas demandas, todos vão ter e vão demandar. Mas, deixarei apenas para cumprimentar a Assembleia Legislativa pela realização da Audiência Pública, pelo interesse que estou vendo que os Deputados estão tendo ao se debruçarem sobre os números, estarem discutindo. Pelos técnicos do governo que trouxeram os números aqui.

Dar a cara a tapa para discussão não é fácil. Não é fácil, às vezes, ser questionado sobre números, sobre realidade, principalmente, no tempo atual que atravessa o nosso Estado. Eu falo que temos que achar soluções, não adianta jogar neste momento, levantar culpados, isso já levantamos nos processos judiciais de cada dia nas nossas demandas. Devemos, sim, verificar o que podemos fazer para tirar nosso Estado dessa situação em que se encontra. Às vezes, é muito mais fácil achar um vilão do que achar a solução.

Então, quando está em tempos que está faltando, alguém fala: “Ah, tem muito...”... É evitar o jogo de empurra-empurra e, às vezes, entrar naquela discussão: “Ah, mas, então, está repassando muito para determinado poder.”. Daí outro funcionário público acha que é determinado poder que está de vilão e a sociedade acha que todos nós, funcionários públicos, somos os vilões. Se consultarmos a sociedade, ela vai falar que se gasta muito no serviço público em geral.

É normal, porque todos têm a visão que o que gasta com ele é justo e o que gasta com o que ele não sente o reflexo direto não é tão justo. É uma visão, às vezes, da sociedade que temos que ter o cuidado, o zelo, de não trazer para aquela discussão.

Uma vez eu estava em um grupo de *WhatsApp* de jornalistas e gozado que entrou uma questão do Ministério Público. E eu nunca olho, porque não consigo acompanhar grupos de *WhatsApp*, de *Telegram*. Eu não consigo acompanhar um grupo que eu fico por 2 horas em uma audiência pública e, depois, há 300 mensagens para eu ler. Não consigo! Não tenho essa leitura dinâmica.

E falaram: “Mas falaram que iriam repassar tanto para o Ministério Público, mas abriram o orçamento x.”. Eu estava olhando... Eu olhei e, realmente, o Estado repassaria aquilo, mas o resto era orçamento dentro do orçamento. Por exemplo: verba previdenciária, você recebeu para pagar o servidor e desconta uma parcela da previdência do servidor. Aquela parcela que desconta abre outra fonte, mas não significa que tem um repasse do Executivo. Fica naquela fonte separada, na Fonte 115.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Mesma coisa a parte patronal, ou seja, o que ele falou que repassava a mais em um grupo de *WhatsApp* era aquele... Na verdade não era repasse. Era orçamento dentro do orçamento. É você tem que abrir fontes separadas.

Às vezes a discussão do orçamento é técnica, cansativa, exaustiva. Admirei, porque vi o empenho do Relator, do Presidente da Comissão, de Deputados aqui presentes em tentar ouvir da sociedade um orçamento que seja melhor, não ao Ministério Público, não aos poderes, não para o funcionário público, mas um orçamento que seja bom para o Estado de Mato Grosso, especialmente um orçamento que seja feito e cumprido, porque de nada adianta constar no orçamento se, efetivamente, o que está no orçamento não for realizado e não for gasto naquela finalidade.

Só complementando, não quero trazer demanda nenhuma do Ministério Público. Acho que o momento aqui é de ouvir a sociedade, embora como eu disse, talvez ela não se faça presente, efetivamente, mas eu acho que é só uma questão de tempo.

Quero agradecer o convite da Assembleia Legislativa, sempre colocando o Ministério Público à disposição em qualquer discussão que interessa ao Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Dr. Marcelo Ferra, pela sua presença e por sua fala, até porque esta Casa estava com saudades de Vossa Excelência.

Eu peço desculpas ao Fórum Sindical, até porque vamos entrar em debates e não vamos mais fazer questionamentos. Deixe-me ouvir a mesa e, depois, iremos ao debate e ficaremos aqui até o meio-dia.

Edmundo, eu achei que você tinha ido embora.

Ouviremos o Anildo Cesário Corrêa, neste ato representando o Secretário de Estado de Planejamento.

Eu peço ao Anildo ser breve, até porque precisamos ouvir a plateia que é mais importante de tudo.

O SR. ANILDO CESÁRIO CORREA - Bom dia a todos!

Cumprimento os componentes da mesa e todos os presentes em nome do Deputado Zé Domingos Fraga.

Justifico a ausência do Secretário Guilherme Müller que está adoentado há quase uma semana.

Deputado Zé Domingos Fraga, eu quero na minha fala dar uma explicação naquilo que Vossa Excelência disse sobre a elaboração da LOA. De fato, nós temos uma dificuldade grande em adequar a elaboração dessa LOA às receitas e às despesas, fazer essas despesas caberem dentro da receita que o Estado arrecada.

Então, há uma dificuldade grande não por falta de conhecimento, de técnicos. Nós temos excelentes técnicos na Secretaria de Planejamento, na Secretaria de Fazenda com conhecimento, com conhecimento técnico, conhecimento de lei.

É importante esta fala, porque, de fato, o Orçamento do Estado não tem sido adequado às demandas da sociedade, como disse o Dr. Marcelo. Ao longo do ano, quando da elaboração da LOA, tentamos adequar todas as demandas que as Secretarias apresentam. Elas, também, têm conhecimento das demandas da sociedade nessa elaboração da lei. Só aqui o cobertor, como disse o Dr. Marcelo, é pequeno para atender todas essas demandas. Na execução temos, também, outra situação que é o excesso de remanejamento, de fato.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Como estava dizendo, na elaboração, primeiro é a receita; segundo, excesso de vinculações que, também, é um problema sério no Estado, todas as receitas já estão, previamente, vinculadas, que, também, é uma grande dificuldade; e, terceiro, a rigidez das despesas. Só um exemplo do que foi citado aqui para um Orçamento de 20 bilhões, aproximadamente 20 bilhões e 300, só a folha e a dívida são 14 bilhões de reais, ou seja, todas as outras despesas para dividir, para fazer a programação de todas as outras despesas, é muito difícil.

Mas, também, se olharmos, por exemplo, de 20 bilhões temos 3 bilhões para os poderes. Temos 3 bilhões para a Previdência... E até gostaria de fazer um comentário sobre a Previdência.

E aqui eu quero fazer toda essa discussão, Deputado, que o problema não é orçamentário no Estado. Aliás, nós temos um problema de Estado. Não temos um problema de, vamos dizer assim, Governo com a elaboração do Orçamento, a execução das ações e a prestação dos serviços à sociedade.

Então, continuando, Poderes - 3 bilhões; Previdência - 3 milhões; educação - 2 milhões e 900 e pouco, quase 3 milhões; segurança e o DETRAN 2 bilhões 700 e pouco; saúde - 1 bilhão 800 e pouco; SINFRA - 1 bilhão 600 e pouco. O que quero dizer é que só a soma dessas despesas de sete áreas dá 16 bilhões de reais. Nós temos 50 unidades orçamentárias. O senhor imagina, 16 bilhões de reais ficam em 7 áreas e para dividir esses outros 4 bilhões é, extremamente, complicado. Mas como eu estava dizendo é um problema de Estado.

Eu vejo aqui, como, também, o Dr. Marcelo disse e não vou aqui apresentar as demandas do Ministério Público, mas o que temos que ver é que neste momento não é um cabo de guerra: de um lado o Poder Executivo, de outro lado o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria, Sindicatos, Associações e assim por diante. Volto a repetir: é um problema de Estado em todos nós temos que buscar solução para isso.

Eu disse sobre a Previdência e gostaria de frisar: a Previdência tem um orçamento de 3 bilhões de reais para 2018. É o maior orçamento para 2018. Três bilhões de reais.

Quanto que vocês acham que a Previdência vai arrecadar com a contribuição dos servidores e com a contribuição patronal? Um bilhão e novecentos milhões de reais.

Este ano o Governo vai precisar colocar, para fechar as contas, para pagar os inativos em torno de 900 milhões de reais. No ano que vem vai precisar tirar de todas as áreas mais 200 milhões de reais. Ou seja, ao invés de fechar com um déficit de 900 milhões, vai fechar com um déficit de 1 bilhão e 100 milhões. Vai sair de onde esses 200 milhões de reais? Exatamente, da saúde, da educação e de todas as outras áreas.

Então, é um problema que não é um problema de Governo, é um problema de Estado que envolve todos os servidores do Estado.

A PEC... O Secretário Guilherme, ao longo deste ano, começou primeiro apresentando a dificuldade da Execução Orçamentária; segundo, veio a discussão da PEC.

Deputada Janaina Riva, a PEC, além de gerar essa economia, vem desarmar uma bomba relógio que tinha no Estado, as despesas estavam crescendo maior do que a receita. Então, em curto prazo, isso ia explodir.

Nós temos o caso do Rio de Janeiro; temos o caso do Rio Grande do Sul, Estados que estão passando dificuldades enormes, e o Estado de Mato Grosso se não tivesse a PEC, com certeza, pelos números que temos, iríamos a essa situação. Isso é um problema não só desses Estados, é um problema do Brasil.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Houve uma reunião, um acordo, o reconhecimento de todos os Poderes no sentido de aprovar essa PEC, porque havia uma necessidade de se evitar um problema maior lá na frente.

Só para finalizar, senhores, o problema não é orçamentário. Nós estamos aqui discutindo o orçamento, de fato, uma dificuldade muito grande, mas falta recurso para a saúde; falta recurso para a educação; falta recurso para a segurança, mas não é orçamentário. O problema é de receita, que também não é problema de Secretaria de Estado de Fazenda. Aqui foi colocada uma série de situações. Então, é um problema de Estado que só vai ser resolvido com a reunião de todos.

Só para complementar, Deputado Zé Domingos Fraga, nós temos que caminhar agora para um novo modelo de gestão. A Secretaria de Estado de Planejamento tem uma área específica que está trabalhando isso. O Governo já tem na sua agenda as reformas.

Então, só com um novo modelo de gestão, com as reformas, conseguiremos chegar um dia e discutir nesta Casa o orçamento em que todas as áreas estejam adequadas, todas sejam atendidas.

Gostaria que fosse, de fato, um orçamento, de 2018, bem adequado às necessidades do Estado.

Obrigado a todos!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Muito Obrigado, Sr. Anildo!

Eu sei que o cobertor é curto, sei das dificuldades financeiras realmente do Estado, mas não posso deixar de tampar o sol com a peneira. Eu estou com o relatório do Tribunal de Contas do Estado com relação às contas de 2016, onde tem dezenas de irregularidades de gestão fiscal, financeira e de planejamento.

Eu fiz uma fala em cima desta irregularidade aqui, pontuada pelo Tribunal de Contas do Estado. Eu não estou inventando nada. Eu sei que é muito difícil, já fui gestor público, já ordenei despesa. Não é fácil, mas é fato. O que está aqui é fato que vai ser discutido pelo resto da Casa, está à disposição não só dos Srs. Deputados, mas, também, de toda sociedade mato-grossense.

Por último, vamos ouvir o Presidente da AMM, por três minutos, literalmente. Neste aqui eu mando, porque tem sobrenome, tem Fraga no nome.

Com a palavra, o Sr. Neurilan Fraga.

O SR. NEURILAN FRAGA – Em nome dos Deputados Zé Domingos Fraga Silvano Amaral e da Deputada Janaina Riva, saudar os componentes da mesa; em nome do Dr. Marcelo Ferra, saudar todos os demais componentes; em nome dos representantes dos Sindicatos, saudar os presentes nesta Audiência Pública.

Como esta Audiência Pública teria que ser discutida com o povo, nos municípios, e isso não foi possível acontecer, eu estou aqui representando os 141 Prefeitos de Mato Grosso, estou representando o povo dos 141 municípios que não pode estar presente.

Com todo respeito, mas, na verdade, o que se percebe, como foi colocado pelo Secretário Adjunto de Planejamento, que é orçamento não é problema, e orçamento, de fato, não é problema em lugar nenhum, o problema é financeiro. Mas o financeiro é decorrente também de gestão. Se não há gestão eficiente, haja dinheiro para cumprir com as obrigações.

O que percebemos até agora foi que faltou gestão no Governo e eu vou colocar alguns pontos para mostrar como faltou gestão.

Se hoje temos uma arrecadação... Eu estou vendo o crescimento previsto de ICMS desde ano para a LOA do ano que vem: crescimento em torno de 6%. Esse é um crescimento natural, onde há um aumento de riqueza produzida pelo Estado. É natural. Mas e aquele aumento, aquele

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

*plug* a mais que poderia ser feito por meio de um controle na sonegação fiscal? É um crescimento natural.

Mas nós sabemos que no Estado de Mato Grosso há sonegações e muito grandes. Então, não tem nenhum crescimento de um aperto na fiscalização.

De repente, quero recomendar, um aperto no controle da sonegação, um trabalho mais efetivo da Secretaria de Fazenda eliminando a sonegação fiscal, a tributária, a evasão de receita, esse crescimento poderia ser muito maior, poderia ser 12%, 15%, porque nós temos, sim, indicadores, indícios de que há sonegação, principalmente, na declaração de exportação da produção primária e semielaborada, o que de fato acontece na prática.

Então, aqui já fica comprovado que não há uma boa gestão do Governo já por esse aspecto da sonegação fiscal que corre frouxo no Estado de Mato Grosso.

Também percebemos, claramente, a falta de planejamento quando você não faz uma política pública com prioridade.

Eu estou vendo investimento na saúde, e o maior problema que temos hoje é na saúde, investimento menor do que na segurança, menor do que da infraestrutura. Vamos salvar vidas neste momento! Vamos diminuir o ritmo das obras que eu quase não vejo. Mas vamos diminuir o ritmo das obras que estão previstas e vamos investir em áreas prioritárias neste momento.

Qual é a maior demanda hoje da população de Mato Grosso? É na saúde! Então, deveria, pelo menos para o ano que vem, falar: “Não. Vamos colocar mais recurso na saúde para resolver esse problema de imediato, depois vamos pensar, definindo um planejamento e médio e longo prazo, outras ações que deveriam ser implementadas.

O Presidente Zé Domingos Fraga está me apertando por causa do meu tempo, e tenho muita coisa para falar, mas eu quero falar um pouquinho sobre a questão dos incentivos fiscais.

Sou favorável ao incentivo fiscal, não sou contra, porém, tem que ter critérios e até hoje não teve critérios.

Fala-se: “ah, mas do governo passado...” Não. Já estamos no terceiro ano, já finalizando o terceiro ano. Já deu para ser criada uma política de incentivo fiscal criteriosa.

Fiquei muito estarecido quando vi para onde estão sendo direcionados os incentivos fiscais para o ano que vem, para regiões em que estão concentradas as atenções do governo, Sorriso, Lucas...

Não estou falando que não deva ir para lá, mas tem que descentralizar, descongestionar a aplicação dos recursos, tanto público como privado, e se estabelecer incentivo fiscal de 90%, entra até naqueles 25% dos municípios e coloca de forma concentrada em regiões que já foram extremamente priorizadas pelos governos passados e por este que está aí.

Então, deve, sim, ter a política de incentivo fiscal dentro das cadeias produtivas, mas direcionada para aqueles municípios de economias exauridas, municípios que estão com a economia estagnada, que estão for do eixo do agronegócio.

Alguém pode falar: “tem que colocar esmagadora de soja em Lucas do Rio Verde porque lá está a soja.” Não. A soja está em Diamantino, a soja está próxima de regiões e municípios de economia exaurida que podem mudar, próximo de Nortelândia, como o Deputado Silvano Amara colocou.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Por exemplo, o algodão - eu acompanhei a produção de algodão - sai daqui em pluma, vai para Santa Catarina, lá vira fio, tecido, corta, vem para cá para costurar e volta para Santa Catarina.

Então, falar que não pode colocar esmagadora de soja num raio de 200 quilômetros, de 50 quilômetros, de 100 quilômetros de onde está a produção primária é inverídico. Tem lógica e tem viabilidade econômica, sim.

É duro sair daqui na carroceria de caminhão e ser industrializada lá na China para gerar emprego e renda lá na China. Isso que é complicado.

Então, tem que ter incentivo fiscal, e parece-me que foi aprovado na PEC de Gastos que dará 75% só, pode até dar mais de 75%, desde que seja em município de economia exaurida. Quero até agradecer a Assembleia Legislativa por ter atendido o pedido da AMM nesse sentido.

Também em relação a incentivo fiscal, para finalizar, Deputado Zé Domingos Fraga, porque aqui eu vejo dar incentivo fiscal para um grande laticínio, como foi dado na nossa região.

Esse laticínio recebeu incentivo fiscal e massacra os pequenos produtores. Ele que determina o preço. Ele ganha o incentivo fiscal, deixa de pagar impostos, aumenta sua margem de lucro, mas não repassa isso ao pequeno produtor.

Então, tem que ter um controle também lá na indústria, não só na geração de emprego. Entendeu? Tem que ter um controle no todo da cadeia produtiva.

Se você pega outras plantas industriais também que receberam incentivo fiscal e é o mesmo procedimento.

Na questão do frango estão matando os associados, os integrados. Quer dizer, eles dominam os preços. Quando o cidadão está querendo sair do processo, está morrendo, eles colocam um pouquinho de oxigênio lá e ele volta a produzir. Isso vai mantendo um funcionário da indústria sem carteira assinada, que são os integrados, que quando tiverem problema de saúde vão ter que ir atrás da prefeitura, por meio do médico, do remédio, das consultas e etc.

Então, também tem que ter um controle absoluto de quem está recebendo esse incentivo fiscal, como ele está tratando os seus integrados, como ele está tratando os pequenos que fornecem matéria-prima para serem beneficiados e agregar valor.

De uma forma em geral eu queria colocar isso e falar que Mato Grosso pode muito bem aumentar a arrecadação, Luiz, que é da Secretaria de Fazenda, Secretaria de Planejamento, aumenta muito bem a arrecadação se tiver um controle absoluto na soneração.

Sabemos que é muito grande a soneração, principalmente de produtos primários e semielaborados no Estado de Mato Grosso. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado Neurilan, Presidente da AMM. Quero agradecer sua presença.

Passarei a palavra à plateia.

Eu sei que este tema levantado por você é um tema recorrente nesta Casa, inclusive tem Emenda minha na PEC, um Projeto de Lei também da Deputada Janaina Riva, da prestação de contas de forma semestral sobre os incentivos fiscais.

Quero pedir até para que o Leopoldo, que é Secretário Adjunto, fizesse parte desta bancada, pois com certeza terão vários questionamentos a Vossa Excelência, se o senhor não tiver condições de responder a Professora Rosangela pode contribuir sem nenhum tipo de problema.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Passo a palavra agora ao Sr. Oscarlino Alves, para que ele possa fazer uso da palavra.

Oscarlino, sei que o senhor fala muito, mas o senhor é muito mais entendido de todas as questões de políticas públicas do que fala, então, fale menos e fale coisas que realmente estão dentro da nossa LOA, meu amigo. (RISOS)

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR – Bom dia a todos.

Cumprimento a mesa em nome do Deputado que preside os trabalhos, o Deputado Zé Domingos Fraga; seu mano Neurilan Fraga; a Deputada Janaina; o representante do Ministério Público, Marcelo Ferra, companheiro de futebol da época da juventude, da infância; o Deputado Silvano Amaral; representantes da Secretaria de Fazenda; a Secretária Adjunta Roberta Penna; e seu assessor Superintendente Ricardo.

Cumprimento a plateia em nome dos nossos colegas guerreiros, sindicalistas, que estão presentes.

Eu quero só fazer o registro de algumas situações, porque muito provavelmente estamos sendo assistidos ao vivo pelo Estado de Mato Grosso inteiro onde tem a cobertura da *TV Assembleia...*

(O DEPUTADO SILVANO AMARAL ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 11H55MIN.)

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR – Eu quero pedir a apresentação do nosso colega da Secretaria de Fazenda, aquela primeira apresentação, peço que coloque aí para fazermos uma pontuação.

Essa é da Secretaria de Planejamento. Peço a outra.

Eu quero mostrar para vocês, evidenciar uma situação, a primeira transparência que demonstra a participação do ICMS.

Eu quero evidenciar para a população do Estado de Mato Grosso que está aqui, o que sempre falamos está aqui, evidenciado na...

Eu até agradeço o colega economista, fui seu calouro na UFMT.

Está aqui: algodão, arroz e soja, 705 milhões de ICMS no ano. Alíquota baixíssima de contribuição. Isso é o que fica no mercado interno. Faltou o milho. Milho e gado deve estar entrando em outros, que são até menores.

Eu quero evidenciar que só de Imposto de Renda Retido na Fonte do servidor público do Estado de Mato Grosso ultrapassa a casa de um bilhão de reais.

Comparado com o ICMS que o agronegócio traz de contribuição, o que nós contribuímos enquanto servidores públicos, um bilhão, nós superamos, e muito, o que o agronegócio contribui com o ICMS no Estado de Mato Grosso.

Está aqui provado. Está evidenciado.

E onde é que aplicamos o restante da nossa renda? Está aqui: comércio, bebidas, atacado - comunicação não -, energia elétrica, que é um dos grandes fatores de contribuição.

Então aqui está demonstrado que o setor produtivo tributa o consumo de bens e serviços, quem está pagando a conta hoje é o cidadão comum; somos nós, servidores públicos, são vocês que estão aqui na plateia, basta ver o exemplo, vai lá à sua conta de energia elétrica e consulte quanto que você paga de ICMS embutido, PIS e COFINS e vai ultrapassar a casa de 30% do que você está consumindo, está aqui, está evidenciado nessa transparência.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

E outra situação que eu quero deixar registrada, gostaria até que depois a Secretaria Adjunta falasse, a Roberta, em 1 bilhão e 800 milhões não estão os 300 milhões... Já estão os 300 milhões? Então, não vai dar nem 12% do mínimo constitucional, se 1 bilhão e 800 milhões forem a transferência do Ministério da Saúde, não dá nem 12% que é o mínimo constitucional, vai continuar morrendo gente, vão continuar faltando recursos para a saúde pública.

E para eu finalizar e dar oportunidade para os outros colegas, aqui a mesa mostrar grande harmonia entre os poderes. O cobertor está cada vez mais curto para o Poder Executivo. E é o que o Neurilan falou: já arrumaram um vilão faz tempo, é o servidor público e a folha de pagamento, isso a nível nacional, agora estão alvejando a previdência, dizendo que tem privilégios, que estão combatendo privilégios... Tudo mentira lá do Governo Federal, mentira! Estão querendo fazer nós continuarmos a conta, diminuir direitos, nós contribuimos 100%, hoje nossa renda para nos aposentarmos, e estão querendo nos aposentar pela metade, estão dando um grande calote, o servidor público já deu uma grande parcela de contribuição, parcelamento da RGA intempestivo, tivemos que fazer greve para discutir a RGA e o Governo, intempestivamente, deixou pagar o nosso salário no último dia útil do mês e passou a pagar no dia dez, só no passado nós contribuimos com uma folha de pagamento, enquanto os seus Poderes receberam seus salários no dia 23, 22 de dezembro; nós fomos receber dia 10 de janeiro, passamos o natal sem dinheiro. Os servidores do Poder Executivo pagaram a conta e contribuíram para o fluxo de caixa do Governo, porque ele deixou de pagar mais de 300 milhões em dezembro e protelou isso para janeiro.

E finalizando minha fala, acho que o Anildo, da Secretaria de Planejamento, falou que o Governo está tirando 900 milhões, agora em 2017, para complementar o dinheiro da previdência para poder pagar os aposentados. Eu peço para o Governo autorizar a Casa, porque nós pedimos para fazer CPI do MT-PREV, porque arrombaram, roubaram o dinheiro da previdência! Nós pagamos historicamente IPEMAT, devolva os 250 imóveis que nós compramos com o dinheiro do IPEMAT. Vamos fazer a CPI, vamos ver para quem foram doados esses imóveis, para quem foram vendidas as 250 matrículas do IPEMAT, que é dinheiro nosso, que foi comprado com o fundo previdenciário, restitui um fundo previdenciário, o lastro financeiro do fundo previdenciário que nós vamos deixar de pagar. Enquanto não pagar, tem que pagar nossos aposentados no último dia útil do mês, como reza a Lei Complementar nº 560, porque até os aposentados estão tomando calote.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Só para fazer uma intercalação aqui, vamos abrir agora a palavra para a nobre Deputada Janaina Riva.

A SR<sup>a</sup> JANAINA RIVA – Bom dia a todos! Bom dia a todos os servidores presentes! Bom dia a todos os representantes do Executivo, as autoridades que compõem a nossa mesa.

Bom, eu tenho algumas colocações para serem feitas, a primeira delas é que, sem dúvida nenhuma, como disseram vários outros aqui, o incentivo é extremamente relevante, o que nós cobramos é a transparência desse incentivo. Você pega um incentivo que acontece para diminuir a desigualdade, como disse aqui o Presidente da AMM, o que acontece é que ele aumenta a desigualdade regional. Isso é nítido e claro. Você põe que o Governo trata com transparência, mas ao mesmo tempo... A Brita Guia, por exemplo, que é de propriedade do Secretário Gustavo Oliveira, recebeu mais de 20 milhões de incentivo durante a gestão do Governador Pedro Taques. Pode não ser ilegal, mas é mais do que imoral.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Então, essa questão do incentivo é dinheiro público, o que o povo quer é transparência. E o melhor de tudo em você ser Deputado Estadual, é que você não serve ao Executivo, então você não tem a obrigação de ficar tampando o sol com a peneira. Essa é a realidade nua e crua do que vem acontecendo com os incentivos fiscais. Foi pregado que teria uma mudança e não houve a mudança.

Então, quando nós questionamos, o valor, o aumento desse valor, podem ter certeza de que se fosse uma coisa transparente, lícita, aos olhos da população não seria questionado, porque não existe quem seja a favor de geração de renda e emprego dentro do Estado. Não existe!

Quanto a essa questão que foi dita da receita capital, a minha preocupação, volto a colocar, Deputado Silvano Amaral, é que já foi alegado esse ano que houve uma frustração da receita. Quer dizer, novamente, se coloca a receita do capital, se estima uma receita que não se tem certeza de que se vai receber, aí dirão de novo que frustrou a receita e a culpa é da folha, a culpa é das despesas que aumentam, a culpa não é do Governo, que hoje deveria apresentar uma realidade difícil em detrimento a um sonho bom. É melhor você trabalhar com uma realidade sabendo que você ter do que com um sonho bom.

Mas, não poderia deixar de colocar aqui a questão da saúde, porque quando você para analisar a questão de investimento, o Governo vem divulgando uma propagando constantemente de que saúde é prioridade número um.

Como se fala que saúde é prioridade número um, se o investimento da saúde do ano passado para este ano caiu de 67 milhões para 12 milhões aproximadamente?

Quando você fala que saúde é prioridade número um, por que a saúde, na capacidade de investimento do Estado, não está em primeiro, está em quinto?

Então, são algumas coisas que têm que ser pontuadas, até porque, às vezes, as pessoas se confundem porque o orçamento é difícil de ser explicado. Por isso, que inclusive pedi ajuda a Roberta, quero agradecê-la, porque ela trouxe hoje algumas das pontuações que nós fizemos. E quando fazemos a crítica aqui, não estamos questionando a equipe de Governo, mas, sim, a forma de o Governo de fazer a gestão, e quem faz a gestão é o Governador do Estado. Por mais que muitas vezes a equipe de Governo sinalize, como sinalizou lá atrás a SEPLAN em relação aos servidores da SEPLAN, em relação ao aumento de duodécimo, por exemplo, dos Poderes, o Governo não atendeu a determinação da SEPLAN. Então, quando falo de gestão, estou me referindo ao Governo do Estado.

A fonte de financiamento, eu já coloquei aqui, sobre receita capital. Quer dizer, estão predominantemente em operação de crédito. Ou seja, 1,9 bilhões do total. Caso haja uma frustração dessa operação, o Governo teria alternativa de captação de recurso? Essa é uma pergunta, Srª Roberta.

A segunda: De acordo com a LOA, nas despesas fixadas para capital, que são mesmas que eu falei, o investimento foi de 22 milhões. Já no plano de 2018 da LOA, as despesas, isso que eu falei da primeira, de 2017, serão fixadas em 2,23 bilhões. Ou seja, houve uma redução de 1,34% nos investimentos para 2018. Dessa forma, tendo em vista a aprovação de emendas da PEC do Teto de Gastos para gerar recurso para investimento, o Governo estadual decidiu reduzir investimento, por quê? Eu acho que você já explicou. Você disse aqui que já está incluso aquilo que vai ser economizado com a PEC do Teto dos Gastos. Então, isso que você coloca como investimento que reduziu, já é considerando a PEC do Teto de Gastos. Depois a senhora explica.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

O Poder Executivo Estadual tem ciência do montante de recurso financeiro necessário para equilibrar a demanda de custeio e de investimento na saúde de Mato Grosso? Será que tem noção disso? Está sendo computado tudo o que se deve aos municípios? Por exemplo, Cuiabá já passa dos 53 milhões de reais. Ao considerar os investimentos totais do Estado por função; a função saúde ficou em 5º lugar, essa pergunta eu já fiz. Por que em 5º lugar? É ou não é prioridade então, porque em primeiro fica o transporte? E eu coloquei aqui, no rol das diretrizes e metas previstas no Plano Plurianual, quais as principais metas que ainda não foram cumpridas e devem ser atingidas na Lei Orçamentária Anual de 2018?

São esses os meus questionamentos.

Obrigada.

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Em relação às despesas de capital, às receitas de capital, como eu já falei, eu tenho a mesma preocupação de Vossa Excelência, que é essa frustração de você prever fazer toda uma programação na Secretaria de uma entrega que seria feita à população e você não receber o recurso, mas são recursos que já estão contratados, são contratos que já estão assinados, convênios que já estão firmados.

Mas, por outro lado, essas receitas de capital não financiam despesas de custeio, despesas correntes. Então, se eu tiver a frustração de uma operação de crédito num convênio, eu não vou ter esse valor reduzido para pagar folha, eu não vou ter esse valor reduzido para pagar o custeio de uma Secretaria. O objeto dessas receitas de operação de crédito de convênio já está todo definido naquele contrato.

Então, é uma obra, é um hospital que será construído, e se eu tenho a frustração dessa receita, é o hospital que não será construído, mas ele não cria outros transtornos no orçamento na parte de custeio e despesa, por exemplo, com folha, dívida, eu uso outras receitas para pagar isso. O grande prejuízo é, como eu falei, aquela expectativa de entregar um equipamento para a população e você não poder fazer essa entrega.

Em relação àquela redução do financiamento, quer dizer, o total que está previsto para 2018, de 02 bilhões e 100, é de investimento do Grupo 4.

Se for colocar, é o da apresentação passada, tem um slide no finalzinho que fala das fontes de financiamento do investimento, daqueles 02 bilhões.

Para a maioria dos itens, eu já tenho o valor definido, então não são estimativas que eu possa fazer com certa discricionariedade, porque o primeiro item que compõe esses 02 bilhões do Grupo 4, de investimento, que corresponde a 51%, é de operações de crédito.

(A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA DIRECIONA A SUA PERGUNTA À EQUIPE TÉCNICA NA PLATEIA.)

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Alguém tem a apresentação? Porque aí eu entregaria à Deputada para ela ir acompanhando...

(A DEPUTADA JANAINA RIVA RESPONDE A PERGUNTA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Não, era só se Vossa Excelência quisesse acompanhar agora.

As operações de crédito, como eu falei, os contratos já estão firmados. Nós recebemos essas informações das Secretarias e colocamos na estimativa.

E o segundo item, de 19%, é do FETHAB. Então, de uma parte, mais ou menos, a metade do total do FETHAB que vai para o Executivo, as Secretarias, SINFRA, SECID, elas

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

destinam para investimento, para as despesas do Grupo 4. Então, essas Secretarias repassam essas programações para nós e colocamos, também não fazemos estimativas, já é rígida.

O terceiro item é transferências voluntárias, também são convênios de despesa de capital que são firmados, já estão contratados, convênios assinados. O valor que temos certa discricionariedade seria o que corresponde a 12,28% desse total de investimento, que são recursos próprios dos órgãos.

O que é isso? Cada órgão tem um valor total de orçamento, um teto para ele executar as suas despesas durante o ano 2018 e, desse valor total, ele destina uma parte para despesas de capital, por exemplo, a Secretaria de Saúde pode destinar para reforma de hospital; a SECID para reforma de prédios públicos, para consertos de equipamentos estaduais, equipamentos públicos.

Então, é um valor muito pequeno que temos a discricionariedade, do qual são as Secretarias que fazem a programação. Desse total de 02 bilhões e 100 que estão programados para o ano que vem, a maioria dos itens, eu recebo as informações de operações de créditos e convênios que já estão contratados, então são valores rígidos, recebemos essa estimativa e colocamos no orçamento.

Não é uma questão de priorizarmos ou não, de ter uma certa discricionariedade, o único valor que temos essa discricionariedade é dos recursos próprios dos órgãos que eles programam no seu orçamento como despesas de Grupo 4, que corresponde a esses 12,28%.

Eu mando para a senhora depois... Pode olhar aqui, eu já apresentei...

(A ORADORA PASSA CÓPIA DA EXPLANAÇÃO PARA A DEPUTADA JANAINA RIVA.)

A SR<sup>a</sup> ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Ficou mais alguma pergunta?

A SR<sup>a</sup> JANAINA RIVA – Só, Doutora, para complementar, eu só coloco como sugestão e irei encaminhar isso por meio da LOA que, por exemplo, recursos de subfunção como transporte rodoviário, que tem investimento de 56% em detrimento dos 13% que supostamente serão investidos na saúde.

Então, é só para colocar esses dados para ficar claro que a saúde é o quinto na relação de investimento do Governo e com uma disparidade para a subfunção, por exemplo, que é como eu disse, transporte rodoviário de mais de 40%.

É só isso, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Obrigado, Dr<sup>a</sup> Roberta e Deputada Janaina Riva.

Convido o Sr. Domingos Garcia, Presidente dos Docentes da UNEMAT, para fazer a sua fala; em seguida, vamos também chamar o Sr. Orlando, Secretário do SINTEP, para fazer a sua fala, e faremos o encerramento dos questionamentos da plateia.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DA CUNHA GARCIA – Deputado Silvano Amaral, em seu nome cumprimento todos os membros da mesa, os colegas aqui presentes.

O discurso do Governo para a aprovação da PEC do Teto de Gastos, e foi repetido aqui, é de que a despesa corrente do Estado está crescendo em uma escala superior à receita corrente. Portanto, gerando um déficit fiscal cada vez maior.

Pois bem, independente de avaliarmos o que contribuiu para esse déficit fiscal, o fato é que o Governo decidiu atacar esse déficit pelo lado da despesa, cortando despesa. Esse foi o sentido da PEC do Teto de Gastos.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Ao fazer isso, o Governo faz uma opção política e essa opção política se revela no orçamento, quando se discute orçamento, já dizia Pandiá Calógeras, quero repetir, pois falei isso ano passado, o orçamento não é uma peça técnica, como por vezes é vendido para a população, orçamento é uma opção política, é a tradução em números de uma determinada opção política.

E a opção política do Governo está dada na peça orçamentária, se existe um déficit, se a receita é menor do que a despesa, isso é o resultado dessa opção política do Governo.

O Oscarlino aqui fez uma descrição daqueles setores que são vendidos para a população como setor dinâmico da economia mato-grossense, que em particular é o agronegócio.

Pois bem, qual é a contribuição do agronegócio para a receita do Estado? É muito pequena em relação às possibilidades de contribuição do próprio agronegócio. E o agronegócio sabe muito bem disso, que o diga o Presidente da FAMATO que acabou de tomar posse, há lá no seu programa duas prioridades fundamentais, segundo ele: a primeira, logística, e a segunda, não pagar mais impostos.

Claro, eles sabem do que falam. A questão é: nós que somos partes da população, nós que somos servidores, qual é a nossa posição? A nossa posição é diametralmente oposta.

Eles têm que pagar impostos, sim, eles têm que pagar muito mais imposto do que aquilo que está explicitado na proposta da Lei Orçamentária, porque caso contrário é a população que pagará a conta. Alguém tem dúvida disso? Não é expressão desse contraditório, Presidente Deputado Silvano Amaral, que a cidade de Sorriso, campeã nacional do agronegócio ou capital do agronegócio - como se se apresenta - tenha o seu hospital regional sucateado? Com as portas fechando?

A mesma coisa está acontecendo em Sinop, ali do lado. Não é expressão dessa contradição? Portanto, isso vai ter que ser resolvido. O agronegócio vai ter que pagar mais impostos, caso contrário, quem vai pagar essa conta é a população que é atendida pelo serviço público do Estado de Mato Grosso, ou somos nós, servidores.

Portanto, isso vai ter que ser enfrentado e tem que ser enfrentado na esfera da política, porque nesse caso é uma opção política do Governo do Estado.

Para terminar, há uma questão um pouco mais caseira. Eu sou professor da UNEMAT e, no ano passado, o Governador Pedro Taques reconheceu em audiência com técnicos servidores da UNEMAT, com a própria direção da Universidade, que tem uma dívida de 70 milhões de reais com a UNEMAT, 70 milhões esses que é o resultado desse vai e vem de recursos com o Governo Federal, inclusive o FEX, e que no final das contas não é repassado para o orçamento da UNEMAT. Naturalmente que um ano depois, já não são 70 milhões, é mais. Então, nós queremos saber da equipe econômica, da SEPLAN e da SEFAZ, como é que esse dinheiro vai ser repassado. Porque os Poderes fizeram, lá do seu jeito, um Termo de Ajuste de Conduta, embutiram na PEC do Teto dos Gastos e em tese vão receber. E a UNEMAT, quando vai receber? Porque isso tem um impacto na vida da Universidade. É o investimento que falta no laboratório, é o investimento que falta na sala de aula, é o investimento que falta no incentivo à pesquisa, ao ensino, ou mesmo, eventualmente, na própria ampliação da Universidade. Essa é uma questão que eu deixo para a equipe econômica.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) - Muito obrigado, Domingos Sávio, pela sua participação.

Com a palavra, o Sr. Orlando Francisco, Secretário de Finanças do SINTEP.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

O SR. ORLANDO FRANCISCO - Eu quero cumprimentar a mesa na pessoa do Deputado Silvano Amaral.

Senhoras e senhores, meus colegas do fórum, boa tarde!

Quero dizer, principalmente para o nosso Secretário Executivo da SEDUC, Sr. Nelson Viana, que no caso da educação - eu sou servidor de carreira do Estado, professor - existe uma sonegação de informação, existe um vício de origem quando da prestação de contas que agora se reflete na LOA, e é interessante que a SEDUC fique atenta a isso. Por exemplo, quando se fala aqui de incentivo fiscal, o art. 68 da LDB expressa, no item 4, que tem que ser compensados os recursos na educação quando se fala de incentivo fiscal, por isso estou dizendo que há erro, vício de origem. A LOA é um reflexo e ela esconde os 2,9 previstos para 2018, acho que não altera praticamente nada do que foi em 2017, mas ela não dá transparência daquilo que tem que ser real. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, no segundo quadrimestre, conforme a própria nota técnica da SEFAZ, tem lá uma arrecadação de 1,58 bilhões dos recursos do FUNDEB e nós não temos isso na transparência do que é que está sendo utilizado, da forma que estão sendo utilizados os recursos do FUNDEB, até porque é verba carimbada, ela tem que vir direto para a conta da educação. E ela está sendo depositada na conta sistêmica, o mesmo acontece com a saúde, conforme lembrado pelo companheiro Oscarlino.

Nós, membros do fórum sindical, já fizemos essa proposta. O Deputado Zé Domingos Fraga teve que se retirar, ele está chamando o fórum para participar do debate, mas nós queremos participar do debate propondo, não é só para ouvir. A mesma coisa que ocorre na educação, ocorre na saúde, através da Lei Complementar nº 141, em que a cada centavo dos incentivos fiscais tem que ser dada a compensação para a saúde, pelo menos nos 12% mínimos.

É uma pena que o representante da Associação dos Municípios, o Sr. Neurilan, embora tenhamos conversado ali com relação à situação dos municípios, principalmente sobre a questão da saúde. A lei expressa que os municípios são gestão plena, eles têm que receber através da conta fundo a fundo os seus recursos da saúde. No entanto, esses recursos estão sendo depositados na conta sistêmica. Por isso, a própria Associação dos Municípios está solicitando, pedindo o *impeachment* do governador, ou seja, essas irregularidades que já foram colocadas aqui pelo companheiro Oscarlino, pelo companheiro Domingos, companheiro do fórum sindical, essas irregularidades, esses vícios de origem, alguém tem que ter a coragem de dizer.

E para concluir, quero dizer o seguinte: colegas trabalhadores da Secretaria de Fazenda e colegas trabalhadores e trabalhadoras da Secretaria de Planejamento, principalmente os técnicos, tomem cuidado, porque isso não vai ficar apenas na conversa. Já que o governo tomou uma posição de não construir uma política pública para este Estado, então os trabalhadores, os técnicos que fazem essas apresentações, tomem cuidado, porque nós já fizemos denúncia no Ministério Público com relação a essas irregularidades da saúde; fizemos no Ministério Público denúncias sobre essas irregularidades na educação. Ou seja, isso não é apenas mudança de rubrica, isso não é apenas pedalada fiscal, isso é desvio de finalidade, já que não se cumpre uma política pública de saúde e de educação, principalmente, neste Estado.

Então, nós vamos ficar vigilantes. E queremos, sim, participar para propor, não é só para ouvir.

Obrigado. (PALMAS)

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) - Obrigado, Sr. Orlando, pela participação e contribuição.

Como o tema aqui foi basicamente muito nessa questão do incentivo fiscal, quero também convidar para fazer algumas explicações, o Sr. Leopoldo Vandoski, que é o Secretário Adjunto da SEDEC e fará alguns esclarecimentos.

O SR. LEOPOLDO VANDOSKI - Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o Deputado Silvano Amaral, a Deputada Janaina Riva, o Deputado Zé Domingos Fraga, que também já passou por aqui; todos os colegas que compõem a mesa; toda a população que participa desta Audiência Pública.

Eu vou procurar ser bastante breve, Deputado, e não repetitivo em razão de muitos esclarecimentos já feitos aqui pelo nosso Secretário Carlos Avalone.

Primeiro, quero dizer que é muito importante isso que está acontecendo, esta Audiência Pública. Nós recebemos, com muita humildade, as sugestões, as críticas, muitas colocações que já foram feitas aqui.

Com relação à Lei do PRODEIC, um primeiro esclarecimento, nós temos uma lei, nós entendemos que essa lei é uma lei defasada que traz problemas, que lá em 2003, quando surgiu, nós tínhamos anteriormente um programa de incentivo melhor. Em 2003, surgiu uma lei que abriu muito, permitiu que comércio, que empresas prestadoras de serviços fossem contempladas no PRODEIC. Em 2013, houve uma alteração que melhorou e, agora, em 2016, nós fechamos o PRODEIC para indústria.

Se alguém me perguntar se eu sou a favor ou contra o incentivo fiscal, eu vou responder que sou a favor e sou contra. Eu sou contra, porque eu acho que ela causa algumas distorções, mas no ambiente brasileiro, neste momento de guerra fiscal, em que todos os estados têm incentivo fiscal, eu sou totalmente a favor. Nós temos que ter o nosso incentivo, senão vamos virar um fazendão produtor de matéria-prima.

Houve uma mudança há pouco tempo, a Lei Complementar nº 160 de 07 de agosto de 2017, uma lei nacional que proíbe os Estados de criar novas políticas de incentivo. Então, temos uma lei que temos que viver com ela.

Com relação a uma crítica que foi feita aqui sobre fiscalização.

Todo incentivo fiscal do PRODEIC exige das empresas contrapartidas. No Governo Pedro Taques nós estamos sendo rigorosos com a ação da contrapartida. Quais contrapartidas são essas? Emprego, investimento, recolhimento ao FUNDEIC, treinamento de pessoal que trabalham na empresa, distribuição de lucros e resultados. As empresas fazem e nós fiscalizamos anualmente. Precisamos melhorar. E queremos sugestão também para melhorar.

O Presidente Neurilan Fraga falou uma coisa interessante sobre essa questão de como fazermos para o incentivo chegar aos municípios menores, de baixo IDH.

Nós temos uma resolução que traz uma tabela, uma pontuação. Se a empresa está no interior, ela tem o incentivo maior do que a empresa que está em Lucas do Rio Verde, em Nova Mutum, em Sorriso. O município tem um IDH maior. Existe uma resolução que temos que cumprir e nós cumprimos. Mas isso não tem sido suficiente.

Mas quero dizer também, que as empresas incentivadas estão chegando ao interior.

Esta semana eu estive com o proprietário da Suinobras. A empresa adquiriu uma planta parada há muitos anos que não foi concluída, uma planta frigorífica em Rosário Oeste. Vão ser 500 empregos diretos. Vai mudar a história do município. Vão abater numa segunda fase 10 mil

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

suínos/dia. A renda que uma empresa dessa gera, o movimento que ela gera na economia é um negócio absurdo. Nós temos que fazer algumas comparações.

O incentivo que vai para uma planta frigorífica muitas vezes que gera mil empregos, são mil trabalhadores com renda que vão consumir produtos, gasolina, energia, alimento e roupa, no município que vai recolher ICMS. Então, todo – o Carlos Avalone disse aqui – os estados fazem, os países fazem, nós temos que fazer também, senão nós vamos nos tornar um fazendão.

A explicação em relação à LOA já foi dada. Houve uma mudança de interpretação. O nosso entendimento era da Lei de Responsabilidade Fiscal, era o Art. 14, que conta o primeiro ano de incentivo e os dois subsequentes, houve um entendimento. Então, o incentivo que estamos dando tem 7 anos no Governo anterior, é o maior. Nós demos incentivos no Governo nos 3 anos para 18 empresas e no último ano do governo anterior foram 117 empresas. E para encerrar eu quero dizer que anotamos as sugestões e concordo com que o Sr. Neurilan falou da questão dos laticínios e nós temos discutido isso. Essa é a proposta do Secretário Carlos Avalone é de que o incentivo seja para a cadeia, não só para a indústria. No caso do laticínio, também para o produtor de leite, nós estamos trabalhando para trabalhar esse encadeamento e dar o incentivo para toda a cadeia.

Temos sido rigorosos procurando dar o incentivo correto, essas 18 que eu citei são todas indústrias e estamos desenquadrando comércios, como já foi dito aqui, no setor de serviços também. E aquelas empresas que tinham incentivo para comercializar grãos não tem mais o incentivo, nós desenquadrámos todos. Agora, temos alguns problemas. Eu estive há pouco tempo com a ex- Ministra Dorothea Werneck e disse: - Ministra, e a Lei Kandir? Ela é ruim para Mato Grosso, porque se exporta sem incentivo... e ela disse: “Leopoldo, nenhum país do mundo exporta em tributos”. Então, os outros países também são desonerados também da exportação.

Então é um fato, nós temos que nos preocupar com a competitividade, mas eu acho que a forma de nós aumentarmos a arrecadação do Estado, aumentar o emprego, a renda, chegar nos municípios é com o incentivo, ele é um instrumento estratégico que atrai indústria e que leva o crescimento e mais importante que isso, o desenvolvimento aos municípios. Isso é um fato que rodamos o Estado e percebemos aquelas empresas incentivadas em condições sérias e o incentivo é fiscalizado, tem o retorno econômico e social muito grande para o município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Obrigado, Sr. Leopoldo, Secretário Adjunto da SEDEC.

Aproveitando esse momento para discutir essa situação, Sr. Leopoldo, desde 2015, os incentivos fiscais anteriores não eram muitas vezes nem previstos no orçamento, eram por decreto, de acordo muitas vezes com a cara do freguês. Em 2015, fizemos um discurso de que daríamos mais transparência, eficiência na questão dos incentivos fiscais. Estamos agora em 2017, e devemos ainda muitas explicações. Porque muitas vezes, Sr<sup>a</sup> Roberta, aquele que o Estado exonerou, abriu mão, nós não conseguimos demonstrar para a sociedade ainda, que esses recursos voltaram para o Estado, houve a compensação. Uma empresa que deixa de pagar 50 milhões de reais de ICMS por ano que acaba influenciando diretamente nas questões sociais da educação e da saúde, ela tem que comprovar que ele produziu por meio da geração de emprego, de renda, de negócio que houve um retorno desses 50 milhões de reais para o caixa e nós não conseguimos ainda isso para a sociedade. Eu sou favorável ao incentivo fiscal, entendo que é necessário, mas infelizmente até hoje...

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Prometemos em 2015, prometemos em 2016, 2017. E aí, Dr. Marcelo, Vossa Excelência que hoje aqui representa o Ministério Público... ainda não conseguimos de forma prática e eficiente dar transparência daquele recurso que aberto mão do ICMS, do incentivo fiscal, retornou. De acordo com o que disse há pouco o representante do Fórum Sindical: “retorna para os caixas do governo”. E acaba sangrando o caixa dos municípios, sangrando o caixa do governo do Estado e, automaticamente, quem paga por tudo isso é a própria sociedade.

Então, quero falar rapidamente já agradecendo a presença da Sr<sup>a</sup> Roberta que foi muito importante que ela nos desse os esclarecimentos, dizer sobre a nossa preocupação em relação a restos a pagar com o governo do Estado, temos 20,3 bilhões previstos na receita, 20,3 bilhões previstos nas despesas. Mas, ainda não temos uma solução para o restos a pagar que existe nas prefeituras, transporte escolar, saúde, outros repasses e repasse dos Poderes que não estão previstos.

Essa conta ainda não está fechada de acordo com o que a Sr<sup>a</sup> Roberta falou, mas temos aí por baixo restos a pagar ainda processados, Professor Humberto, em torno de um bilhão de reais. Esse recurso está no orçamento, muitos deles empenhados, passa para o ano seguinte, mas não tem a cobertura financeira, aí é motivo até mesmo de uma pedalada fiscal porque não existe essa cobertura financeira para cobertura dessa despesa que já está prevista.

Eu só queria agradecer a todos pela presença, é meio dia e meio, quero agradecer o nosso Deputado Zé Domingos Fraga; o nosso Presidente que passou por aqui; o Deputado Wagner Ramos; também quero agradecer a Deputada Janaina Riva, por sua contribuição, Deputada, e participação, também é membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e está conosco até agora; o Deputado Saturnino Masson; o Dr. Marcelo, muito obrigado pela sua presença e de estar conosco até agora; o Dr. Caio, que é da Defensoria, obrigado por sua contribuição; o Dr. Carlos Avalone que passou por aqui; a Roberta Amaral que é minha parente, somos parente, não é Roberta? Silvano Amaral e Roberta Amaral.

Dr. Leopoldo, obrigado por sua contribuição, é importante porque essa questão da renúncia fiscal, todo ano, todo processo, sempre há discussão, há debate, mas precisamos avançar e mostrar à sociedade porque se dá o incentivo fiscal, mostrar aos servidores que é preciso dar incentivo fiscal para crescer, desenvolver e para termos recursos, empresas competitivas com o mercado externo e com outros estados.

Essa questão do incentivo fiscal que é um absurdo na Lei Kandir. Precisamos explicar melhor isso à sociedade. Nós temos, de acordo com o Luiz que estava conosco aqui, em torno de 4,5 bilhões de reais de renúncia fiscal. É uma lei que contribui muito com o Governo Federal, com a Balança Comercial...

Quantos bilhões? São 3,5 bilhões!

Eu falei o que o Luiz me disse há pouco. São 3,5 bilhões e chega ao caixa, depois de muita pedição, de muita humilhação, acaba entrando em torno de 500 milhões. São 4.380 para o Estado e em torno de 100 milhões aos municípios. Quer dizer, é um dinheiro que é nosso e todo ano é aquela briga da Bancada Federal, aquela briga que vai pagar, não vai pagar e acaba sangrando os municípios.

O SR. LUIZ GONÇALO PEREIRA ORMOND - Deputado, um aparte só para corrigir a Roberta.

O senhor falou o número correto, ela que entendeu errado.

Ouviu Roberta, o Deputado está falando com relação à exportação. Hoje, os produtos que são exportados, se fossem tributados, teríamos uma receita, isso conta de açougueiro,

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 - MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

conta rápida, 11% que é a alíquota de exportação, daria em torno de 4 bilhões e 600. É a receita que deixamos de arrecadar com a Lei Kandir. E recebemos de volta, agora, em 2017, por exemplo, em torno de 500 milhões, 499 milhões a parte do Estado e dos municípios. Só a parte do Estado é 376 milhões.

A SR<sup>a</sup> ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Desculpe-me, então! Eu e o Ricardo entendemos que eram aqueles 3 bilhões e 500...

O SR. LUIZ GONÇALO PEREIRA ORMOND – Três e quinhentos da renúncia da LDO.

A SR<sup>a</sup> ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – ...que estavam colocados na LOA.

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Eu estou dizendo, porque a Lei Kandir, também, chega a ser uma renúncia que não está prevista no Orçamento, mas que acaba... É uma renúncia que não está prevista – estamos falando dela - e todo ano é essa situação.

Então, 4,6 bilhões!

O SR. LUIZ GONÇALO PEREIRA ORMOND – Mais ou menos em torno disso aí!

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Recebemos, depois, do FEX até o final do ano 500 milhões.

O SR. LUIZ GONÇALO PEREIRA ORMOND – Uma notícia boa é que está tendo um estudo. Como eu falei, participamos do GT 44, que é um Grupo de Trabalho que tem, em Brasília, e me parece vai aumentar consideravelmente esse número de 500 milhões...

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Para o exercício de 2018.

O SR. LUIZ GONÇALO PEREIRA ORMOND – Para o exercício de 2018. Vamos torcer para que isso aconteça. O último levantamento que nós temos é em torno de 1 bilhão e pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Exatamente! Eu tinha visto isso! Nós estamos acompanhando A AMM está participando do GT; o Senador Wellington é um dos que está fazendo esse trabalho.

O SR. LUIZ GONÇALO PEREIRA ORMOND – Vamos torcer para que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Quer dizer, teremos, Roberta, um extraorçamentário, de repente, que poderá acontecer e ajudar nesse equilíbrio do nosso Orçamento.

Quero agradecer, também, o Sr. Luiz Ormond, que é o Chefe da unidade da Secretaria de Fazenda.

Muito obrigado, Luiz, pela sua contribuição, por estar conosco.

Agradecer o Sr. Anildo, que é o Secretário Adjunto de Planejamento; o Sr. Ricardo Capistrano, Superintendente de Estudos de Despesa e Receita da SEPLAN; e, também, agradecer o Presidente da Casa, Deputado Eduardo Botelho, que passou por aqui e nos prestigiou.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Roberta Maria Amaral.

A SR<sup>a</sup> ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Eu só quero registrar a presença da Superintendente de Orçamento que faz parte, também, da equipe e que é incansável na gestão orçamentária, a Gisele Gurgel; e a Danieli Steinle, que é Superintendente de Convênios, que vem melhorando muito a gestão dos convênios, dando mais transparência, cobrando mais legalidade na execução dos convênios.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 497/2017 -  
MENSAGEM Nº 84/2017, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE MATO  
GROSSO PARA O EXERCÍCIO 2018, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS  
09H.

---

Era só para registrar.

O SR. PRESIDENTE (SILVANO AMARAL) – Muito obrigado, Gisele e Danieli pelas presenças.

Não havendo mais orador inscrito, mais uma vez, agradeço a presença de todos vocês.

Um grande abraço e um bom almoço.

Encerro esta Audiência Pública em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Luciane Carvalho Borges;
- Nerissa Noujain Salomão Santos;
- Rosilene Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha.

- Revisão:

- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
- Patricia Elena Carvalho;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antonia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Sheila Cristiane de Carvalho;
- Solange Aparecida Barros Pereira.